

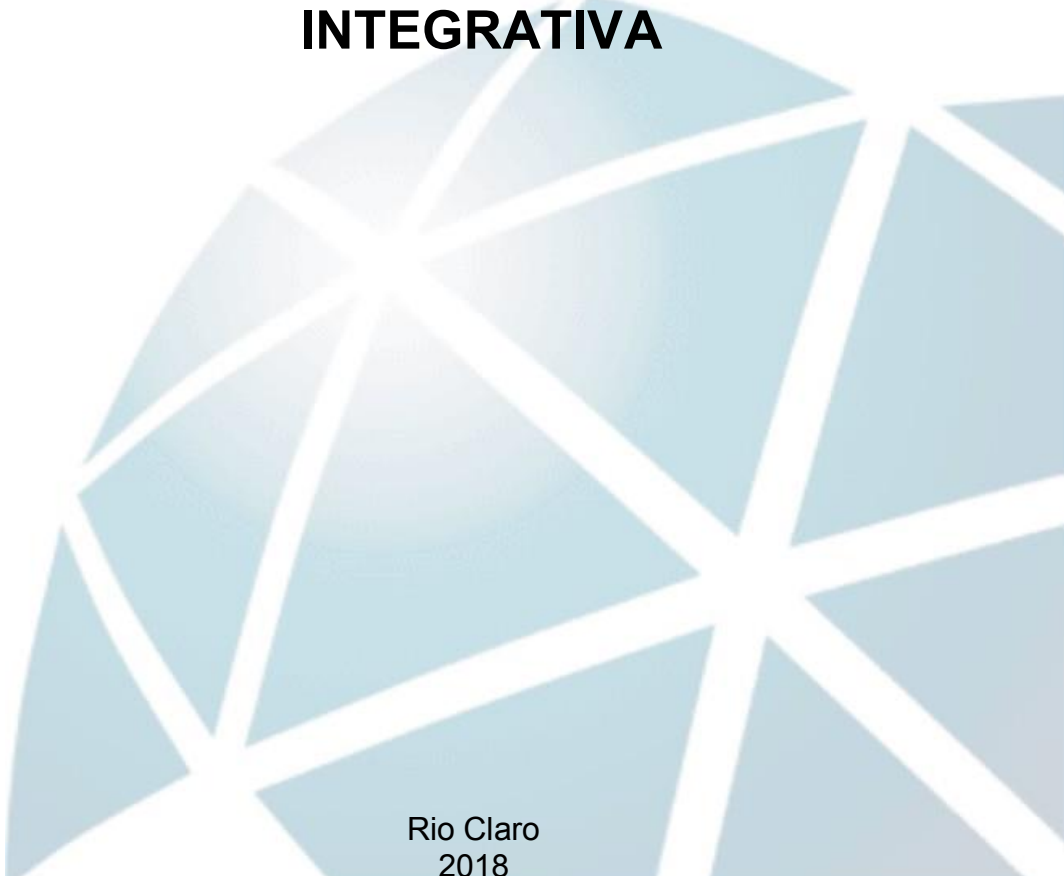
---

CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

---

**JÉSSICA ALVES CHAGAS**

**AS MACROTENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO  
AMBIENTAL PRESENTES EM TESES DE  
SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR:  
UMA REVISÃO SISTEMÁTICA  
INTEGRATIVA**



Rio Claro  
2018

JÉSSICA ALVES CHAGAS

AS MACROTENDÊNCIAS EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRESENTES  
EM TESES DE SEGURANÇA E SOBERANIA ALIMENTAR: UMA  
REVISÃO SISTEMÁTICA INTEGRATIVA

Orientador: Dalva Maria Bianchini Bonotto

Co-orientador: Thais Cristiane Degasperi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
ao Instituto de Biociências da Universidade  
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -  
Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de  
bacharela e licenciada em Ciências Biológicas.

Rio Claro  
2018

C433m	<p>Chagas, Jéssica Alves</p> <p>As Macrotendências em Educação Ambiental presentes em teses de Segurança e Soberania Alimentar: Uma Revisão Sistemática Integrativa / Jéssica Alves Chagas. -- Rio Claro, 2018</p> <p>55 p. + 1 CD-ROM</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado e licenciatura - Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro</p> <p>Orientadora: Dalva Maria Bianchini Bonotto</p> <p>Coorientadora: Thais Cristiane Degasperi</p> <p>1. Educação. 2. Educação Ambiental. 3. Segurança Alimentar. 4. Soberania Alimentar. 5. Revisão Sistemática Integrativa. I. Título.</p>
-------	---

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

## **AGRADECIMENTOS**

De início, gostaria de agradecer à minha mãe Rosi. Sem ela, nada disso seria possível. Se não fosse o amor dela pela educação de outros e a minha, eu não teria tido os privilégios que tive, que me possibilitaram o ingresso em universidade pública, desviando do que o senso comum acha que é o destino certo de alguém de periferia. Também quero agradecer a todos e todas que fizeram parte da minha jornada até aqui: amigos de São Paulo, em especial Rafaela - Karatê e Victor Hugo, professores e professoras de todos os meus anos escolares obrigatórios e não obrigatórios, regular, noturno e técnico, meus amigos de Rio Claro, em especial Lila, Juliano - Sheldon e Gabriela - Coração, meus companheiros e companheiras de Coletivo Calisto, de Centro Acadêmico da Biologia - CAB e de todos os grupos que fiz parte durante essa graduação. Meus professores e professoras da licenciatura, modalidade mais precarizada pelo projeto de universidade que visa excluir pessoas como eu de seus espaços. Aos amigos que fiz durante essa jornada, que estão espalhados em todos os cantos do Brasil, que me foram apresentados pela Entidade Nacional dos Estudantes de Biologia – ENEBio. Além disso, dedico esse trabalho a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, do campesinato, quilombolas e indígenas que lutam para que a Soberania Alimentar seja uma realidade possível não somente para suas famílias e suas comunidades, mas para todos os brasileiros, a despeito das imposições e hegemonia do agronegócio. O objetivo original desse trabalho era entrevistar essas pessoas, em especial os agricultores e agricultoras que fazem parte da Associação de Agricultores da Zona Leste – AAZL de São Paulo, que fazem o possível para espalhar os frutos da Agroecologia e da Agricultura urbana e peri-urbana em uma das regiões mais densamente populosas da cidade de São Paulo. Agradeço as minhas três orientadoras que me ofereceram a oportunidade de trabalhar o tema e que me auxiliaram em todos os momentos do trabalho, que me ofereceram conselhos, companheirismo e três pares de ombros amigos nos momentos de desespero: Thais, Mari e Dalva. Finalmente, agradeço as minhas origens e os lugares aonde nasci e fui criada, Cidade Tiradentes e COHAB 1 – Artur Alvim. Esses dois diplomas que estou conquistando são para todas as pessoas anônimas que tiveram seus sonhos ceifados e destinos tolhidos pela luta de classes, desigualdade social, racismo e LGBTQIA+ fobia e suas intersecções. São para todas as pessoas periféricas que lutam diariamente para terem suas vozes e

suas vivências ouvidas e consideradas, para ocuparem seus espaços de direito. São para todas as pessoas que conseguem chegar aos espaços acadêmicos e tem suas vidas já fragilizadas pisadas e destruídas pelas mazelas sociais e pelas mazelas de saúde mental. Para as pessoas que ouvem todos os dias que essa pressão desumana faz parte e é natural. Para todas as pessoas que perceberam que não é normal e que optaram por priorizar a saúde mental, a despeito do que vivem dentro do ambiente acadêmico e fora, que são reflexos um do outro. Mais dois diplomas para nossas contas coletivas!

P.S: agradeço aos meme-makers da internet brasileira, que se não fosse pela facada que eu ia levar no rim direito na hora da impressão e encadernação desse belíssimo trabalho, estariam aos montes aqui nos agradecimentos! Seriam verdadeiras imagens de dor e sofrimento. Agradeço também a vizinha que não apaga as luzes durante a madrugada, fato que foi me deixando progressivamente transtornada durante esse último semestre. Que deus te elimine!

## RESUMO

A Educação Ambiental (EA) tem como propósito, dentre outros aspectos, rever e reorientar a relação entre sociedade e natureza. Como um campo da educação, ela procura desenvolver o senso crítico de cidadãos e colocar os agentes sociais como participantes ativos na resolução dos problemas socioambientais. Dentro da EA é possível identificar diferentes macro-tendências político-pedagógicas que norteiam muitos dos trabalhos. Essas tendências dependem do ponto de vista e referencial teórico adotado por diferentes autores e aqui adotamos uma divisão possível proposta por Layrargues e Lima (2011) sendo elas: conservacionista, pragmática e crítica. Dentre os problemas tratados na EA, estão aqueles diretamente relacionados com o atual sistema de produção agrícola, que além de insustentável ambientalmente, acirra as desigualdades sociais. Os conceitos de Segurança Alimentar e Soberania Alimentar versam, respectivamente, sobre a democratização e o acesso à alimentação adequada e, também, explora o fato de os indivíduos terem total controle sobre todos os processos de obtenção de um alimento, desde a sua origem, passando pelo cultivo, coleta (no caso de vegetais) e criação (no caso de animais), até o consumo final. Nesse contexto, o presente trabalho se propõe a analisar, através de uma revisão sistemática integrativa (BOTELHO, CUNHA; MACEDO, 2011; CINI, ROSANELI; CUNHA, 2018; SOUZA, SILVA; CARVALHO, 2010) quais macro-tendências em EA se fazem presentes em teses que tratam dos conceitos e aplicações da Segurança Alimentar e da Soberania Alimentar. Ao final, apresentamos os resultados, nos quais verificamos que os conceitos de Segurança e Soberania, atualmente, se distanciaram de suas origens e mostram diferentes tendências, existindo pouco diálogo entre esses conceitos e o campo da Educação Ambiental.

**Palavras-chave:** Educação; Educação Ambiental; Segurança Alimentar; Soberania Alimentar.

## **ABSTRACT**

Environmental Education (EE) is all about redefining the relationship between human society and nature. As an educational field, its purpose is to help people develop a critical mind and put social agents as active participants in solving socio-environmental problems. Inside EE it's possible to identify different political-pedagogical macro-trends that serve as background for many works in the field. These macro-trends depend on different theoretical frames of references and in this work we adopted the theoretical frame of reference proposed by Layrargues and Lima (2011), which are: conservationist, pragmatic and critical. Of the problems concerning EE, there are the ones related to our current unsustainable agricultural production that also incite social inequality. The concepts of Food Security and Food Sovereignty are about democratization and access to adequate food and the right for individuals to have total control over the means of production, distribution and consumption of their food, respectively. In this context, the present work will analyze which macro-trends are present in EE works pertaining the concepts and applications of Food Security and Food Sovereignty, through an integrative review of literature (BOTELHO, CUNHA; MACEDO, 2011; CINI, ROSANELI; CUNHA, 2018; SOUZA, SILVA; CARVALHO, 2010). At the end of the work, we present the final results, in which we verified that the Food Security and Sovereignty concepts nowadays are not the same they were originally and having very little dialogue between them and the field of Environmental Education.

**Keywords:** Education; Environmental Education; Food Security; Food Sovereignty.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. OBJETIVOS .....	14
3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA .....	15
3.1. A pergunta norteadora .....	15
3.2 . Busca na literatura .....	15
4. COLETA DE DADOS .....	17
4.1. Segurança alimentar .....	18
4.2. Soberania alimentar .....	23
5. ANÁLISE DAS TESES .....	45
6. CONCLUSÃO .....	53
7. REFERÊNCIAS .....	54

## 1 INTRODUÇÃO

Desde que o ser humano abdicou de seu estilo de vida nômade para se estabelecer em comunidades, a noção de que ele faz parte do mundo natural vem abrindo espaço para que o homem se enxergue como algo além, separado, que na realidade, detém o poder sobre o natural e todos os seus recursos. Segundo Fracalanza (1992), quando o ser humano assumiu que a razão lhe conferia poderes ilimitados, ele se focou na dominação sobre o mundo material, tornando conhecida a concepção de homem “contra” a natureza.

Posteriormente a essa concepção e a todas as ações tomadas em nome desse afastamento, para alguns a disciplina de Ecologia foi encarada como uma ferramenta para voltar a integrar o ser humano à natureza, demonstrando que ele está inserido dentro de um complexo ecossistema, não podendo mais ser encarado como estando à parte. Lindeman (1942), citado por Fracalanza (1992, p. 41) na: “Teoria dos Ecossistemas “[...] todos os elementos que compõem a biosfera estão interligados numa única e gigantesca rede de relações, cujo equilíbrio dinâmico é mantido através da constante reciclagem de matéria e fluxo de energia pelo sistema.” Essa teoria abriu as portas para que os impactos biológicos e naturais fossem considerados, juntamente com aspectos econômicos e desenvolvimentistas. Para além do campo da Ecologia, as ciências gerais também trataram da inseparabilidade dos elementos, de forma a compreender que os estudos que não consideram o conjunto estão de alguma forma, incompletos. Morin (1990), baseando-se nos trabalhos de Ludwig Von Bertalanffy (1950) na área da biologia, apresenta seu complemento à Teoria Geral dos Sistemas. Citado por Bonotto (2003, p. 26), na Teoria Geral dos Sistemas “desde o átomo até a galáxia [...] podem ser concebidos como sistema, a dizer, como associação combinatória de elementos diferenciados.” Porém, mesmo com as mudanças de paradigmas advindas dessas teorias, o desenvolvimento da economia mundial criou uma espécie de problemática insolúvel na área socioambiental que, segundo Fernandes e Sampaio (2008) se trata do:

Fato de que a economia, que deveria ser apenas um subsistema da biosfera, tornou-se o seu determinante maior. No paradigma atual, aposta-se sempre no crescimento econômico como resolução dos problemas socioambientais decorrentes do próprio economicismo. A racionalidade econômica, que, por muito tempo, ignorou os problemas ambientais, mais recentemente tem tentado incorporar a destruição da natureza nos preços dos produtos, mas sem o estabelecimento de uma escala para o

crescimento da economia – que historicamente desconsidera os limites biofísicos. (p. 88)

Dessa forma, o cuidado ambiental se torna uma espécie de subproduto do sistema de desenvolvimento exploratório e a longa separação física entre homem-natureza aumenta. Para alguns autores, a problemática citada, em relação ao crescimento econômico como resolução dos problemas socioambientais desponta, a nível internacional, na década de 30 (ALBERGONI; PELAEZ, 2007). Com o desenvolvimento da técnica de hibridização do milho, em 1914 e seu consequente melhoramento, a Revolução Verde se consolidou nos Estados Unidos e não tardou a se espalhar por outros países, como o Brasil.

Na década de 60, o paradigma já estava consolidado internacionalmente, com produtividades aumentando a níveis vertiginosos, empresas especializadas em maquinário, equipamento e insumos. Nesse mesmo período, críticas começaram a ganhar mais espaço e notoriedade por conta do impacto ambiental que as técnicas empregadas e os insumos utilizados estavam causando. Pelo lado social, principalmente nos países ditos de “terceiro mundo”, as principais consequências da Revolução Verde foram: êxodo rural, trabalhos com condições análogas à escravidão, inclusive com força de trabalho infantil e de terceira idade, grande crescimento de ocupações em áreas periféricas e favelas, entre outros (MOREIRA, 2000).

No Brasil, com a inserção do país no panorama internacional na década de 1970, no papel de exportador de produtos in natura, existiu pouco tempo para se preparar de forma adequada ao novo paradigma tecnológico, pois logo na década de 1980, com baixas taxas de crescimento econômico, aumento da inflação, queda nas exportações e adoção de políticas neoliberais, o Brasil se encaminhava para uma de suas maiores crises inflacionárias, que acabaria culminando no Plano Real, na década de 1990 (MIRANDA et al., 2007).

No contexto agrícola, de forma a buscar uma saída para os revezes econômicos, e se aproveitando da grande disponibilidade de terras, o país passa a aumentar sua produtividade a baixíssimos custos, especializando-se em produtos seletos, como: soja, carne bovina, café, entre outros. Todas essas situações nas esferas político-econômico-social-ambiental culminaram, em períodos diferentes, nos muitos países, em uma crise socioambiental que demonstra a fragilidade e alto poder de depleção de recursos que o novo paradigma tecnológico apresentava,

além de ele ser diretamente relacionado com as problemáticas sociais que resultaram na ampliação da desigualdade social e na miséria, que assolou regiões do Brasil, como norte e nordeste e países como a África. Na lógica de que o crescimento econômico, pelas vias da agricultura, sanaria essas questões socioambientais, o país continuou estimulando o processo e se adequando às novas tendências internacionais, com o melhoramento genético baseado na transgenia e o uso de sementes geneticamente modificadas, que se tornaram populares em decorrência da queda no consumo dos insumos agrícolas (ALBERGONI; PELAEZ, 2007).

Com a crescente preocupação com os impactos ambientais que a agricultura estava trazendo ao mundo, diversas frentes se formaram para pensar e criar propostas que dessem conta de resolver esses impactos. Segundo Layrargues e Lima (2011), o campo da Ecologia Política:

Trouxe a contribuição das ciências humanas e sociais para a reflexão e o debate ecológico, até então pautados por leituras biologicistas e despolitizadas dos problemas ambientais. Procurou, justamente, incorporar aqueles elementos que os olhares disciplinares deixavam fora da análise, como os modelos de desenvolvimento econômico-social, os interesses e conflitos de classe, os padrões culturais e ideológicos e as injunções políticas dominantes na sociedade. (p. 2)

De forma a tratar dessas questões no campo ambiental, surge a Educação Ambiental (EA), que somente de forma posterior será objeto de pesquisa do campo educacional (LAYRARGUES; LIMA 2011):

Percebe-se na trajetória histórica da Educação Ambiental brasileira, um momento inicial de busca por uma definição universal comum a todos os envolvidos nessa práxis educativa que [...] tende a ser abandonado pela percepção crescente da diversidade de visões e pluralidade de atores que dividiam o mesmo universo de atividades e de saberes. (p. 5)

Esse momento inicial, no Brasil, consistiu em uma abordagem conservacionista, que visava a aproximação homem-natureza, de modo que o relacionamento intrínseco fosse compreendido e que nas pessoas fosse instaurada a vontade de preservar a natureza. Porém, o campo da EA ainda era trabalhado por um viés ambientalista, sem se aproximar das discussões e teorias do campo educacional. Foi somente na década de 90 que a práxis da EA acabou sendo tratada pela ótica educacional. Observando-se a evolução da EA, à luz da Ecologia Política, o crescimento da diversidade de visões era inevitável, assim como a

mudança das bases do que era, até então, considerado EA. Nesse contexto, diferentes vertentes surgiram, algumas com propostas de autocrítica do próprio campo em termos de como ele tratava da questão meramente ambiental, sem levar em conta as problemáticas socioeconômicas, a realidade política e reconhecendo-se como os diferentes agentes transitavam por essas problemáticas de acordo com recortes sociais específicos.

Em 2011, Layrargues e Lima (p. 8) elaboraram a descrição de três macrotendências que ainda se configuram dentro do campo da EA. A primeira delas, a macrotendência conservadora ainda possui traços dos primeiros trabalhos da área, pois possui: “limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos de interesses e de poder.” A vertente ainda se pauta em mudanças comportamentais individuais, que preza pelo amor a natureza e que funciona nos termos de “ação-recompensa”, de modo a relativizar as mudanças ocorridas, aparentando que somente essas mudanças bastam para reverter os danos, sem considerar contextos políticos e culturais.

A segunda macrotendência, a pragmática, é uma espécie de vertente conservadora que sofreu influências da política neoliberal, que visa capitalizar em cima de tudo, inclusive das pautas ambientalistas. Nela, os conceitos de desenvolvimento e consumo sustentável, pegada ecológica, mercado de carbono, reciclagem, entre outros, se tornam uma espécie de moeda de troca, que permite a “correção” das imperfeições do sistema de produção. Ou seja, no lugar de refletir sobre os impactos da obsolescência programada e da poluição, por exemplo, mecanismos surgem para que esses “erros” sejam corrigidos, através da logística reversa e da reciclagem, sem considerar o porquê do sistema desenvolvimentista optar por tais ações e sem procurar por soluções que rompam com essa lógica. Essa vertente, atualmente, ainda é hegemônica dentro da EA, mas sofre com a emergência da terceira macrotendência, que está, cada vez mais, ocupando espaço e mostrando as disfuncionalidades da macrotendência hegemônica.

Essa terceira vertente, a vertente crítica, por ser abrangente, se baseia em diferentes referenciais teóricos, dentre eles a Teoria Crítica desenvolvida e expandida pelos filósofos da Escola de Frankfurt. Nela, as esferas político-econômico-sócio-ambiental se aglutinam, dialogando com o campo da Ecologia Política e expandindo a visão que restringe as outras duas vertentes. Aqui, termos

como cidadania, democracia, justiça ambiental, participação, conflitos e transformação social (LAYRARGUES; LIMA, 2011) se tornam palavras-chave. Novamente no campo da agricultura e em como a EA e suas macrotendências se inserem nele, retornaremos à década de 1960. De forma a garantir o abastecimento dos mercados alimentares europeus, uma política foi forjada para assegurar uma oferta de alimentos, associando o agricultor familiar europeu com a evolução tecnológica, de modo a equipá-lo e garantir que ele pudesse cuidar de sua subsistência, além de prover para o mercado interno local. Essa atividade era conhecida pelo nome de *segurança alimentar*. No Brasil, as noções de segurança alimentar chegaram na década de 1990. Com a crise econômica e o acirramento das desigualdades sociais, que teve contribuição da expansão das fronteiras agrícolas, o governo da época adotou a Política Nacional de Segurança Alimentar, visando não somente a produção de alimentos, mas também o acesso a eles (MARQUES, 2010). Assim, o Plano era uma espécie de ferramenta para combate à crise econômica e social, com ações que pretendiam combater a miséria e a fome, e estratégias que pautavam a distribuição de leite, merendas e que pretendiam dar conta do desgaste da força de trabalho, com a consolidação de assentamentos rurais. Nessa mesma época, o agronegócio brasileiro, que começa a despontar, se utiliza dos esforços de promoção de segurança alimentar, de modo a se colocar como principal agente de mudança, capaz de reverter a crise econômica e social.

Dessa forma, as necessidades do agronegócio se sobrepuseram às necessidades dos trabalhadores rurais, que deixaram de ter o protagonismo e foram relegados ao papel de auxiliares. A reforma agrária, então, passou para segundo plano e o governo brasileiro trabalhou na expansão das fronteiras agrícolas, injetando cada vez mais investimentos no agronegócio, de modo a aumentar vertiginosamente a oferta de alimentos (MARQUES, 2010). Internacionalmente, com a consolidação do estilo industrial de agricultura desde a década de 1960, quando o agronegócio se tornou popular no Brasil, já apresentava sinais de desgaste, o mesmo que acabaria ocorrendo no país nos próximos anos.

Foi nesse contexto que surgiram iniciativas como a Via Campesina. Segundo Vieira (2008, p. 1), esse movimento: “surge e se desenvolve em contraponto ao avanço das formas de produção capitalista para a agricultura em nível mundial.” Ela é uma organização mundial que reúne trabalhadores rurais e do campesinato, que emerge em 1992. Com encontros regulares e expansão de suas atividades, no ano

de 1996, na II Conferência da Via Campesina, as bases do termo *soberania alimentar* foram lançadas. Com os trabalhadores rurais e camponeses tendo perdido terras e espaço para produzir seu alimento a nível familiar, em detrimento da expansão agrícola industrial e das monoculturas, eles se viam sendo cada vez mais afastados do processo de produção alimentar, dependendo cada vez mais de sementes e insumos fornecidos pela indústria do agronegócio. A Via Campesina (2002, apud VIEIRA, 2008) define a soberania alimentar como:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (p. 7)

Vieira (2008) explica que:

A ênfase na alimentação dos povos, o que inclui a prioridade de alimentação da população dentro de cada país, entra em contradição com o mercado internacional de produtos agrícolas. Desta forma, mesmo que a noção de soberania advogada não seja restrita à idéia de soberania ligada ao Estado nação, ela coloca em cheque o modelo de agricultura hegemônico na contemporaneidade. Este modelo, como visto anteriormente, centraliza a produção de alimentos e produtos agrícolas nas mãos de empresas multinacionais e divide o mundo em áreas de cultivo de determinados produtos, homogeneizando a produção em cada parte do globo. (p. 8)

Grupos como a Via Campesina buscam, então, a descentralização da produção agrícola, de modo que trabalhadores rurais, povos indígenas, camponeses e comunidades voltem ao papel de agentes de sua própria alimentação, tendo condições de dividir os mercados locais com a indústria do agronegócio, por meio de seus diversos métodos de agricultura.

O campo de estudos da agricultura, com viés educacional e à luz da macrotendência crítica na EA se beneficiaria muito em trazer questões voltadas à segurança e principalmente à soberania, visto que a Teoria Crítica na qual a vertente é baseada se trata da união das teorias e das práticas e entendemos que a discussão dos conceitos precisa sair do teórico e adentrar também a prática. Dessa forma, o presente trabalho procura identificar, em algumas produções acadêmicas, quais macrotendências da EA, baseando-se no trabalho de Layrargues e Lima

(2011), permeiam as teses de doutorado que versam sobre soberania e segurança alimentar e quais impactos essas possíveis macrotendências causam nos resultados práticos.

## 2 OBJETIVOS

Este trabalho tem como objetivo central identificar e analisar as macrotendências de Educação Ambiental que estão presentes em algumas teses de doutorado que versam sobre os temas soberania e segurança alimentar.

Especificamente, procuramos:

A. Identificar se esses trabalhos que tratam de soberania e segurança alimentar são permeados pelas vertentes conservadora, pragmática ou crítica, baseando-se no trabalho de Layrargues e Lima (2011);

B. Evidenciar o papel da EA na promoção do conceito de Soberania Alimentar.

### 3 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O Trabalho, de natureza qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994) se norteou pela revisão bibliográfica sistemática integrativa. Dentre os tipos de revisão de literatura existem dois subtipos: as revisões narrativas e as revisões bibliográficas sistemáticas. O segundo subtipo é ainda dividido em: meta-análise, revisão sistemática, revisão qualitativa e revisão integrativa (BOTELHO, CUNHA; MACEDO, 2011). Optamos por utilizar a revisão sistemática integrativa que:

[...] permite ao pesquisador aproximar-se da problemática que deseja apreciar, traçando um panorama sobre a sua produção científica, de forma que possa conhecer a evolução do tema ao longo do tempo e, com isso, visualizar possíveis oportunidades de pesquisa nos estudos organizacionais. (BOTELHO, CUNHA; MACEDO, 2011, p.122)

A revisão seguiu os seis passos de revisão integrativa proposto por Souza, Silva e Carvalho (2010) que são: elaboração da pergunta norteadora, a busca na literatura, a coleta de dados e análise crítica dos estudos incluídos, a discussão dos resultados, juntamente com a apresentação da revisão sistemática integrativa.

Escolhemos trabalhar com teses de doutorado por conta do nível de refino que esses trabalhos geralmente apresentam, além de serem mais completas e específicas, se comparadas com dissertações de mestrado, por exemplo.

#### 3.1 A pergunta norteadora

A pergunta norteadora foi definida a partir do campo da educação ambiental: quais macrotendências em educação ambiental são possíveis de serem identificadas em teses que trabalham com os temas *segurança* e *soberania alimentar*?

#### 3.2 Busca na literatura

Para responder à pergunta norteadora, a base de dados escolhida foi o site de Catálogos de Teses e Dissertações da CAPES. As buscas foram realizadas em julho de 2018, inicialmente com o termo “soberania alimentar” e posteriormente, com “segurança alimentar”. Em ambas, os filtros utilizados foram: título -> teses de doutorado, incluídas nas grandes áreas de conhecimento -> ciências humanas (ambas as opções duplicadas) e multidisciplinares (também selecionadas as opções

duplicadas). As áreas de conhecimento selecionadas -> ciências ambientais e educação (também com opções duplicadas selecionadas). Esses filtros estão disponíveis no site da CAPES como forma de delimitar os trabalhos apresentados.

Foram encontrados 90 resultados para *soberania alimentar* e 295 para *segurança alimentar*. Do total de 385 teses encontradas, a leitura dos títulos e resumos serviu como método de exclusão de trabalhos que não se encaixavam no escopo do trabalho, sobrando então 10 teses elegíveis para soberania alimentar e 20 para segurança alimentar. A escolha de 3 teses por campo de pesquisa foi escolhida de forma aleatória, levando-se em consideração o tempo de análise de cada uma delas. Outras teses relevantes ao trabalho podem ter ficado de fora da análise proposta.

#### 4 COLETA DE DADOS

As teses escolhidas, de acordo com a metodologia aplicada, foram as da tabela 1:

Número	Título	Autores/as	Ano/local
1	Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar	Santos, Katia Maria Pacheco dos	2015, Piracicaba
2	Demanda e abastecimento de hortaliças na microrregião de São José dos Campos, Brasil: implicações para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável no contexto das mudanças globais	Nolasco, Camille Lanzarotti	2016, São José dos Campos
3	Valores, atitudes ambientais e a prática de consumo de alimentos naturais	Torquato, Silvana Câmara	2015, Campina Grande
4	Impactos do desenvolvimento em comunidades tradicionais: transição agroalimentar e ajustes adaptativos	Silva, Rodrigo de Jesus	2014, Piracicaba
5	A apropriação genética da agrobiodiversidade enquanto estratégia biopolítica dos impérios alimentares no contexto da revolução biotecnológica	Gasparini, Bruno	2014, Curitiba
6	Limites e contribuições da educação ambiental e da agricultura de base agroecológica no extremo sul do Brasil: o projeto de agricultura urbana e periurbana em Rio Grande e São José do Norte (RS)	Silva, Maria de Fátima Santos da	2013, Rio Grande

**Tabela 1.** Teses escolhidas para análise. Elaborada pela autora.

#### 4.1 Segurança alimentar

As teses de número 1, 2 e 3 são as que foram selecionadas na busca pelo termo “segurança alimentar” no catálogo da CAPES.

A primeira tese analisada, Santos (2015) aqui nesse trabalho indicada pelo número 1, possui como objetivo:

Verificar se a manutenção das práticas de produção agrícolas desenvolvidas por agricultores familiares residentes na RDS Quilombos e APA Planalto do Turvo é compatível com a premissa das unidades de conservação de uso sustentável, e se ao mesmo tempo contribui para a sua segurança e soberania alimentar. ( p. 27)

Em sua subdivisão: 4.3 Produção de autoconsumo, Segurança e Soberania alimentar, a autora, citando Santilli (2009) afirma que:

A conservação e a utilização sustentável dos recursos fitogenéticos são indissociáveis. Portanto, qualquer variedade de planta cultivada é o resultado de atividades de melhoramento desenvolvidas ao longo de muitas gerações de agricultores, e a agrobiodiversidade é fruto do manejo complexo e dinâmico dos cultivos agrícolas realizado pelos agricultores, e não pode ser reduzida a apenas um fenômeno natural; ela é também um fenômeno cultural. (p. 47)

Em defesa de a agricultura ser também um fenômeno cultural, a autora explicita que o modo de vida camponês e como a agricultura de subsistência está relacionada diretamente com a agricultura familiar. Mais adiante, ela argumenta que a atividade da agricultura familiar não somente contribui com a subsistência, mas também com a segurança alimentar, redução da pobreza no meio rural e é uma das principais formadoras da identidade social dos agricultores e camponeses. No objeto de estudo em particular, ela afirma que “a manutenção da segurança alimentar em [...] unidades de conservação de uso sustentável está associada a uma mudança na forma de acesso aos recursos naturais e à implantação efetiva de uma política para reforma agrária” (p. 48). Em sequência, faz uma abordagem histórica da segurança alimentar no Brasil, em referência às políticas públicas adotadas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que “visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável” (p. 49) e que também “nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas”, além da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346/2006, que “institui a

segurança alimentar como foco prioritário de políticas públicas e programa do governo” (p. 50). O conceito apresentado de segurança alimentar procura (p. 51) “abarcando não só as questões de ordem nutricional e econômica, mas sim uma ordem simbólica e cultural do que vem a representar o alimento para os povos”, além de considerar por uma perspectiva antropológica que “a alimentação deve ser vista como uma dimensão da cultura em interação dinâmica com o meio ambiente, a economia e os valores de cada grupo social.” De acordo com o descrito anteriormente pela autora, ela chega à conclusão que (p. 52) “há que se considerar ainda que as estratégias de segurança alimentar no meio rural, se aproximam ao que é preconizado pela soberania alimentar.” A partir daí, ela segue explicando os conceitos de soberania alimentar e sua relação com o meio rural, dizendo que (p. 53) “o conceito surge como um posicionamento crítico à aproximação que o conceito de segurança alimentar utilizado possuía com o viés neoliberal.” Ela finaliza a subdivisão com:

Tratou-se, portanto, no presente trabalho de verificar como as práticas agrícolas de unidades familiares residentes em unidades de conservação de uso sustentável se relacionam com os preceitos da segurança alimentar, bem como da soberania alimentar, por considerar a dimensão cultural. (p. 54)

A autora termina o trabalho concluindo que:

Com relação à hipótese do presente trabalho, de que a prática de produção agroalimentar na RDS e na APA não contradiz a premissa dessas unidades de conservação e contribui para a manutenção da segurança e a soberania alimentar, embora esse equilíbrio seja frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como diminuição da mão de obra e baixa produtividade, pode-se considerar que a mesma não foi rejeitada, uma vez que observou-se não haver insegurança alimentar junto aos grupos investigados. Assim como, notou-se que a quantidade dos alimentos produzidos não é suficiente para abastecer o núcleo doméstico ao longo do mês. Isto está associado ao tamanho das áreas de produção, à capacidade de mão de obra disponível do núcleo doméstico, as condições edafoclimáticas do período, e ainda a falta dos incentivos externos, como a incerteza da comercialização. (p. 121)

A segunda tese analisada, Nolasco (2016) de número 2 no presente trabalho, possui como consideração inicial e objetivo:

Partindo da hipótese de que a segurança alimentar e nutricional não pode ser alcançada com o sistema atual de produção de hortaliças no Brasil, este trabalho teve como objetivo principal investigar o panorama da demanda e da produção de hortaliças nas escalas do Brasil e da Microrregião de São José dos Campos, Brasil, e suas implicações para a segurança alimentar e para o desenvolvimento sustentável em um contexto de mudanças ambientais e sociais. (p. 8)

Em sua subdivisão capítulo: 1.2 Segurança Alimentar e Mudanças Ambientais Globais: revisão do arcabouço conceitual, a autora faz uma contextualização histórica da segurança alimentar (SA) em âmbito mundial e nacional e usa como conceito base:

Definiu-se a SA como uma condição na qual as pessoas têm, a todo o momento, acesso físico e econômico a alimentos seguros, nutritivos e suficientes para satisfazer suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, a fim de levarem uma vida ativa e saudável. (p. 16-17)

Mais a frente, ela explora como as políticas públicas mundiais relacionadas a segurança alimentar e o próprio conceito (p. 17) “esbarram nas incertezas da economia mundial” e como a “Crise Mundial dos Alimentos [...] ampliou a vulnerabilidade de populações em risco, particularmente as já impactadas por eventos extremos.”

Já na subdivisão: 1.3 Os Sistemas Alimentares e a Segurança Alimentar no contexto das Mudanças Ambientais Globais, a autora, citando Ericksen (2008), compartilha o conceito de Sistemas alimentares que são:

Sistemas complexos, com múltiplos determinantes ambientais, sociais, políticos e econômicos, englobando componentes de disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade, os quais influenciam no consumo final do alimento pela população. (p. 19)

Adiante, ela cita Eakin (2010), explicando que:

A avaliação da vulnerabilidade de um sistema alimentar exige não só a avaliação da vulnerabilidade específica dos elementos do sistema, do movimento dos alimentos no espaço e tempo, e entre os consumidores, mas também, o entendimento de como as vulnerabilidades são produzidas, agravadas ou mitigadas pela interação sinérgica ou antagônica destes elementos em várias escalas espaciais e temporais. (p. 19-20)

Seu campo de estudo sendo a intersecção e interferência das mudanças ambientais globais com a segurança alimentar, ela segue falando sobre a lacuna de pesquisas sobre o tema, mas trazendo as contribuições que acha relevante, como o projeto internacional de pesquisa interdisciplinar intitulado *Global Environmental Change and Food Systems (GECAFS)*, que procurou demonstrar o impacto das mudanças climáticas nos sistemas alimentares e, conseqüentemente, na segurança alimentar, além de trazer estratégias para mitigação desse impacto. Mais a frente,

citando Godfray e Garnett (2014), questiona a definição, muitas vezes confusa, do que seria segurança alimentar e como ela se diferenciaria de “segurança nutricional”. Já em uma nova subdivisão, 1.4 Caminhos percorridos e desafios contínuos no Brasil, ela faz um apanhado histórico, partindo do lançamento do livro “Geografia da Fome”, de Josué de Castro, a autora caracteriza a evolução do tema em nosso território, passando também pela elaboração das políticas públicas ao decorrer dos anos.

Ao final do trabalho, ela declara que:

Na mídia, frequentemente o tema da Segurança Alimentar e Nutricional está associado às imagens de hortaliças. Coloridas, bonitas e bem formadas, em prateleiras de supermercados, com pessoas sorridentes carregando os produtos na sacola, ou hortas bonitas, de canteiros bem cuidados e com agricultores felizes, mostrando orgulhosos seus produtos supostamente nutritivos e saudáveis. Isso tudo, parte de uma ilusão, um pouco criada pela mídia, pelos governos e pelo imaginário popular. Temos a tendência a romantizar o campo e a agricultura camponesa, segundo Patel (2013). Apesar dessa romantização sobre a agricultura familiar e os produtos da olericultura, hoje, pesquisadores que se debruçam sobre a questão da produção em pequena escala, realizada por pequenos agricultores, muitas vezes agricultores familiares, ou sobre o movimento do “localismo” tem se perguntado: será que o pequeno é realmente bonito? Bonito como a mídia nos mostra, como nosso imaginário nos permite acreditar? (p. 165-166)

Para a autora, a agricultura familiar e de pequenos agricultores de hortaliças e olericultura são muito mais complexas do que costumamos pensar e a diversidade de atores envolvidos nesse processo acabam por influenciar no processo final, não sendo de forma alguma experiências homogêneas. Muitos produtores possuem contato direto com seus consumidores, assim como muitos produtores processam seus produtos por uma grande rede que o distancia do consumidor final, que muitas vezes também não são os mesmos. Ela discute também a importância que muitos desses produtores são as feiras-livres, como forma de conhecer seu mercado consumidor e ter a aproximação física, humana com quem vai consumir seu produto. Discutindo sobre diferentes possibilidades e sistemas de cultivo que sejam compatíveis com as mudanças climáticas, ela diz que (p. 172) “cultivar seu próprio alimento é uma dessas ações independentes que ganham força no pensamento de uma soberania alimentar, de promoção de sistemas alimentares mais saudáveis”, marcando a primeira citação direta ao conceito de soberania alimentar. Ela segue falando das problemáticas da agricultura urbana.

Nas suas considerações finais, ela diz que:

No trabalho de campo ficou evidente que muitos agricultores não possuem hoje a menor condição para se adaptarem às mudanças ambientais, em especial à mudança climática e à escassez de água. Ficou claro também que o modelo produtivo convencional está esgotado. Mesmo utilizando de insumos e agrotóxicos os pequenos produtores relataram quedas de produtividade. Porém a adoção de um modelo produtivo orgânico ainda encontra resistência. Medo de arriscar é um dos pontos. E a tradição, a cultura daquele indivíduo formado pelo pensamento da Revolução Verde. (p. 175)

A terceira tese analisada, Torquato (2015), de número 3 no presente trabalho, possui como objetivo (p. 18) “propor um modelo explicativo que mostre as formas de interferências dos valores individuais e atitudes ambientais no consumo de alimentos naturais”. Em sua subdivisão 2.3 Consumo de alimentos naturais, ela descreve, citando Estival e Correa (2015), que:

O ato de consumir o alimento deixa de ser uma ação isolada, em que o consumidor preocupava-se apenas com a qualidade do produto final (alimento), para tornar-se uma ação integrada e politizada, quando este consumidor busca e exige acesso livre as mais diversas informações que permeiam desde a concepção, produção, processamento à distribuição dos alimentos. Percebe-se a crescente preocupação com fatores como a garantia de origem, rastreabilidade, práticas de comércio justo, como itens que devem ser incorporados às redes agroalimentares para a competitividade e “satisfação” à demanda dos consumidores. (p. 61-62)

Ela segue contando a história do consumo de alimentos, o relacionando com a agricultura natural e alternativa como formas de contra-hegemonia à agricultura convencional. Ela cita o lançamento do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, que foi o primeiro livro a relatar os efeitos do uso de insumos químicos sintéticos nos seres humanos e no meio ambiente. Citando Oliveira e Almeida Júnior (2013), ela explica que existe certa confusão popular acerca do significado do termo “natural”, que estaria se referindo a alimentos mais nutritivos (não processados) e não necessariamente aos alimentos que são produzidos livres de agrotóxicos e de maneira ambientalmente responsável.

Já nos resultados de sua tese, a autora, na subdivisão 4.3 Relação entre avaliação qualitativa e avaliação quantitativa de valores, atitudes ambientais e o consumo de alimentos naturais explica que:

Os atores sociais relacionaram os problemas ambientais ao consumidor em detrimento do produtor, destacando ainda uma vulnerabilidade da natureza

frente ao consumismo, em oposição eles se mostram dispostos a pagar um valor maior para consumir alimentos que respeitem os limites da natureza. [...] A produção de alimentos orgânicos estabelece um diálogo com a realidade que proporciona um crescimento sustentável, pautado no equilíbrio e na harmonia ambiental. Ademais, os valores mais mencionados, foram os culturais, bem como os estéticos, demonstrando a influência de padrões sociais. Assim sendo, a orientação social está estreitamente relacionada com atitudes ambientais no momento que o consumidor opta por alimentar-se saudavelmente e em prol do consumo de alimentos não industrializados. (p. 138)

Com seus resultados, ela conseguiu categorizar com o consumo de alimentos naturais está mais diretamente relacionado com valores individuais e como esses valores influenciam a coletividade e beneficiam o meio ambiente, dessa forma, sendo possível prever quais atitudes os sujeitos podem tomar dependendo dos valores da cultura específica em que estão inseridos. Vale dizer que, durante a realização de sua pesquisa, a temática da segurança alimentar não apareceu de forma explícita, ela acabou servindo mais como um pano de fundo para demonstrar alguns dos valores e atitudes das pessoas que foram entrevistadas por ela.

#### **4.2 Soberania alimentar**

As teses de número 4, 5 e 6 são as que foram selecionadas na busca pelo termo “soberania alimentar” no catálogo da CAPES.

A primeira tese analisada, Silva (2014) de número 4 no presente trabalho, possui como objetivo:

Por meio do estudo com comunidades quilombolas e de pescadores artesanais buscou-se investigar: 1) a influência do acesso ao meio urbano na alimentação e produção de autoconsumo das comunidades e 2) o papel das políticas públicas na transformação ou manutenção dos sistemas agroalimentares locais. O objetivo, portanto, é reunir elementos de avaliação dos desafios às comunidades tradicionais de reorganização e ajustes bioculturais ante ao amplo processo de modernização do campo. A compreensão dos impactos do processo de desenvolvimento socioeconômico e maior acesso às demandas da cidade nas comunidades estudadas espera fornecer subsídios às políticas públicas para uma tomada de decisão em que o global não se sobreponha ao tradicional local. Diante de tais objetivos, outros questionamentos são: a homogeneização destes elementos bioculturais realmente se apresenta como uma consequência natural do processo de desenvolvimento socioeconômico e maior acesso ao meio urbano? Até que ponto os povos tradicionais estão mantendo os hábitos alimentares e as atividades usuais de caça, pesca, extrativismo vegetal, produção de autoconsumo etc.? Com o estreitamento da relação entre os meios rural/urbano o modo de vida tradicional corre o risco de desaparecer ou estas comunidades possuem elementos de articulação suficiente para superar os desafios do progresso? De que maneira as políticas públicas de transferência de renda têm alterado o sistema agroalimentar de povos tradicionais; a alimentação, a produção agrícola de autoconsumo e as formas de uso dos recursos naturais? (p. 16)

O autor começa sua introdução citando Poulain (2004) e Montanari (2008), quando fala que:

Ao garantir os mínimos vitais de sobrevivência e reunir atividades de produção, distribuição e preparação conjunta, a alimentação exerce um papel estruturador preponderante na organização social, tornando-se o cerne de um dos mais vastos e intrincados complexos culturais. (p. 15)

Para o autor, a relação homem-natureza pode ser muito bem compreendida através do uso de recursos naturais e, conseqüentemente, a alimentação. Para ele, esse uso envolve, além dos fatores ambientais, os culturais e sociais também. Ele segue falando sobre essa inter-relação e como a evolução dos hábitos alimentares está relacionada com a “transição nutricional”. Citando Poulain (2004), ele escreve que (p. 16) “por meio do sistema de produção e transformação agroalimentar moderno a industrialização desvincula o alimento da natureza e o comedor de todo seu universo biocultural”, demonstrando mais profundamente como os hábitos alimentares influenciam na ainda persistente separação entre homem-natureza. Se aprofundando um pouco mais nessa relação, na subdivisão 2.1 Povos Tradicionais e os Agroecossistemas do *Lugar*, ele fala sobre o que Soleri e Smith (1995)(p. 22) escreveram sobre os bancos de sementes que estão armazenando essas sementes muito distantes de seus locais de origem e que assim, elas perdem muitos de seu valor de “diversidade biocultural”, já que perdem a conexão com esses lugares e os “arranjos socioculturais” específicos aonde as sementes evoluíram. Ele prossegue falando sobre a co-evolução dos agrossistemas juntamente com as comunidades tradicionais e suas respectivas dinâmicas culturais. Citando autores como Moran (1993) e Silva e Begossi (2001), o autor diz que (p. 24) “a alimentação é compreendida como o meio fundamental de auto-manutenção das condições socioeconômicas, culturais, e de adaptabilidade às condições sazonais e ambientais”, mas que a modernidade trouxe mudanças significativas a dinâmica dessa relação.

Na subdivisão 2.2 Impactos do Desenvolvimento nos Sistemas Agroalimentares, citando Pinheiro, Freitas e Corso (2004), o autor escreve que:

A urbanização alterou de tal forma os padrões de vida e hábitos alimentares das populações dos chamados países em desenvolvimento que o tipo de alimento consumido na zona rural é consideravelmente diferente daqueles

consumidos na zona urbana, onde além de uma maior quantidade de alimentos processados a ingestão de raízes, cereais e tubérculos é comparativamente menor. (p. 25)

Já citando Veiga (2007), ele fala sobre o sustento da cadeia agroalimentar moderna e como (p. 25) “torna-se necessário um aporte de capital contínuo, o que tem levado a maioria dos produtores dos países desenvolvidos a uma situação de lucro mínimo e endividamento crescente, denotando assim a insustentabilidade do sistema como um todo.” Segundo o autor e Morán (2009) (p. 27) “dependendo do grau de transformação que o sistema de subsistência experimente o contato interétnico com a modernidade pode agravar a relação homem/ambiente.” Ele segue comentando sobre a evolução humana em relação ao cozimento dos alimentos e em como isso teria afetado nossas fisiologia e anatomia. Para ele e outros autores:

Por meio do uso dos recursos naturais de subsistência de um determinado povo/grupo se desenvolvem arranjos culturais - atos, normas, símbolos e representações - em que a alimentação se torna o elemento principal de um dos mais vastos e intrincados complexos socioculturais (CANDIDO, 1964). A alimentação tem o poder de alterar o curso e direção da sociedade humana, haja vista que durante a história da humanidade a disponibilidade de alimentos e qualidade dos mesmos tem sido moldada por intervenções políticas, econômicas e culturais (MOFFAT; PROUSE, 2010). Na atualidade, o único mecanismo que realmente pode prevenir os danos sociais causados pelos alimentos ultraprocessados da indústria são a regulação pública e intervenções de mercado (MOODIE et al., 2013). (p. 28)

Ele segue comentando sobre a interferência do capitalismo nos modos de vida tradicionais e suas expressões étnicas, como ocorreu e ainda ocorre com muitos povos que tiveram suas culturas (inclusive alimentares) exterminadas pela “modernidade” e pela mais recente globalização e expansão de somente um modelo de desenvolvimento vigente. O modelo de produção capitalista é (p. 29): “criticado justamente por desconsiderar os aspectos mais amplos de formação e expressão étnica de um povo”. Dessa forma, as comunidades étnicas e tradicionais vão, lentamente, se moldando a esse modelo e também adaptando suas formas de produção de alimentos. Em relação ao agravamento da relação homem/natureza que o autor citou anteriormente, ele diz que (p. 29): Justamente com a desconexão do homem com a natureza, a ampliação do acesso ao mercado e produtos industrializados tem provocado transformações substanciais nas culturas locais e nos sistemas agroalimentares de povos tradicionais”. Já na subdivisão 2.3 Dinâmica de Reorganização e Ajustes Adaptativos, o autor segue relacionando evolução,

cultura e biologia e em como a interconexão dessas áreas resultou no humano moderno, *Homo sapiens*. Considerando a Ecologia Humana, ele diz que:

Sobre o ponto de vista da ecologia humana Begossi (2001), reforça que determinados códigos de conduta e tradições podem ser mantidos embora não sejam mais úteis por influência da cultura. Além deste aspecto de inércia, a cultura possibilita aumentar a resiliência ecológica no sentido de absorver perturbações e retornar a um estado próximo ao original sem que haja necessariamente aculturação ou perda (BEGOSSI, 2001). Remetendo à resiliência, Berkes e Turner (2006) argumentam que após uma perturbação uma sociedade tem potencial para se reorganizar e se adaptar através do conhecimento sobre uso dos recursos. (p. 31)

No caso de diferentes culturas interagindo, o autor diz que esse estado original nunca é alcançado, mas ocorre uma sinergia que criaria uma espécie de “terceira” cultura, que se utiliza de partes de ambas, mas nunca voltando ao original de uma ou outra e essa seria a chamada “dinâmica biocultural”. Mais adiante no texto, o autor, citando Durham (2004), comenta sobre como a cultura ocidental e vigente costuma enxergar as populações tradicionais e periférica estando sempre em vias de extinção e como isso faz com que tenhamos a impressão que esses povos são completamente passivos e submissos, ora rejeitando completamente qualquer modernidade e ora sendo completamente tomados pelas modernidades de forma passiva, como se estivessem contraindo uma doença. Segundo Sahlins (1997):

A reificação da cultura tem como consequência a percepção errônea de que a mesma é um “objeto” em vias de extinção, assim como um gene em vias de diminuição de frequência de expressão em uma população devido a fenômenos de depressão por endogamia, deriva genética, etc. (p. 34)

Dessa forma, o autor defende que nenhum extremo pode ser posto em evidência e que devemos observar, no caso de seu trabalho, a transição agroalimentar de diferentes óticas, sem necessariamente arrumar culpados para determinada situação, mas entendo todos os mecanismos que fazem e fizeram essas situações específicas existirem, seja ela a falta completa de recursos ou a transição realizada de modo satisfatório.

Na conclusão de seu trabalho, o autor relaciona a problemática da alimentação moderna e o processo de urbanização nas comunidades tradicionais. Em relação a exposição de ideias anteriores, o autor afirma que nas duas comunidades estudadas:

As consequências do fenômeno de transição agroalimentar, recorrente nas comunidades tradicionais representarão riscos de dilapidação dos arranjos culturais se nenhuma iniciativa - local ou externa - de empoderamento local for realizada. A reafirmação dos costumes e o estímulo à autodeterminação através do incentivo ao trabalho tradicional possibilita às comunidades locais um maior ajuste adaptativo às mudanças ocasionadas pelo processo de desenvolvimento socioeconômico. (p. 113)

Para ele, as mudanças e rearranjos culturais são inevitáveis, mas as políticas públicas são mistas o suficiente para, ao mesmo tempo, ajudar na preservação da cultura local e ajudar na transformação dessa cultura e essas políticas promovem o “desarranjo da alimentação tradicional”. Para ele:

[...] devido à amplitude das mudanças globais, os desafios de reprodução cultural em um contexto em transição demandarão ajustes que vão além de simples iniciativas de transferência de renda. Neste sentido, os impactos de intervenções externas não podem ser desconsiderados, uma vez que nos lugares em que não foram gerados meios de reprodução da cultura local e manutenção do trabalho a transição agroalimentar se mostrou mais evidente, configurando-se como um risco à identidade e sobrevivência do povo. (p. 114)

Ele encerra sua tese concluindo que:

[...] por meio do estudo com comunidades quilombolas e de pescadores artesanais verificou-se que as localidades mais isoladas do meio urbano apresentam uma alimentação baseada principalmente em itens tradicionais locais; com hábitos alimentares mais complexos e diversificados do ponto de vista de produção agrícola de autoconsumo. Além disso, nos lugares em que se incentivaram alternativas de articulação como o mercado o estreitamento da relação entre o meio rural e urbano não ocasionou riscos de perda do modo de vida tradicional. Por outro lado, nas regiões em que tais medidas não foram implementadas, a tendência é que o maior contato com a cidade incremente cada vez mais o processo de transição agroalimentar, o que pode colocar em risco a sobrevivência do modo de vida dos povos tradicionais. (p. 114)

De forma semelhante aos trabalhos anteriormente analisados, mesmo o autor trabalhando com a transição agroalimentar das comunidades tradicionais, o conceito de soberania alimentar também não apareceu de forma explícita, mas permeou o trabalho de forma subjetiva, no que diz respeito ao tratamento e importância dada aos valores tradicionais e como eles estão, nesses casos específicos, em vias de se perderem por interferências externas que não se preocupam em manter as tradições locais, inclusive as alimentares.

A segunda tese analisada, Gasparini (2014) de número 5 no presente trabalho, possui como objetivo:

A presente tese de doutoramento, elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (MADE-UFPR) tem o objetivo de demonstrar as interrelações entre 03 categorias de análise, quais sejam: Impérios Alimentares, Biopolítica e Revolução Biotecnológica. A partir do estabelecimento das associações e aproximações entre essas, a pretensão foi a de elucidar o modo como alguns institutos jurídicos, no contexto da Revolução Biotecnológica, são utilizados pelos Impérios Alimentares enquanto instrumentos biopolíticos que possibilitam a apropriação genética da agrobiodiversidade.” (p. 14)

Na subdivisão 1.1 Racionalidades, o autor escreve que:

O estudo da apropriação genética da agrobiodiversidade enquanto estratégia biopolítica dos Impérios Alimentares no contexto da Revolução Biotecnológica está inserida em um quadro de racionalidades que determinam os modelos de produção, distribuição e consumo de bens, produtos e serviços, além de direcionar o desenvolvimento científico-tecnológico. Nesse cenário, a racionalidade econômico-tecnológica é hegemônica, subtraindo muitas das possibilidades de afirmação, conservação e difusão de modos de vida, produção e consumo oriundos de racionalidades distintas daquela, como as racionalidades ambientais e a proposta de desenvolvimento ecotecnológico de Leff. (p. 27)

Ou seja, oriunda da Revolução Verde, a Revolução Biotecnológica se tornou um paradigma político, econômico, tecnológico e científico, suprimindo outras formas de organização socioambiental, o que o autor chama de “racionalidades”. Para ele, a racionalidade econômico-tecnológica está intrinsecamente ligada com as políticas agrícola-industriais, que oriundas dos países desenvolvidos, foram importadas para países em desenvolvimento como sustentável, sem considerar nenhum outro aspecto, como econômico, cultural, étnico, ambiental, social e, inclusive, climático, advindas do capitalismo pós-industrial. Na subdivisão 1.1.1 Racionalidade econômico-tecnológica e economia de mercado, o autor, citando Santos (2000) afirma:

Assim, pode-se afirmar que no contexto contemporâneo, o desenvolvimento científico-tecnológico serve prioritariamente aos interesses mercadológicos, constituindo-se em um dos principais instrumentos do capital internacional. Trata-se do que Santos (2000, p. 64-65) denomina de tecnociência. [...] Trata-se de uma “ditadura do conhecimento científico”, que impõem novas tecnologias, produtos e aplicações (a exemplo dos híbridos, dos fertilizantes, dos herbicidas, dos transgênicos) extremamente interessantes ao mercado, mas sem o mesmo apelo em relação ao meio ambiente e às pessoas, ocasionando consequências que se fazem sentir no âmbito das comunidades de agricultores, obrigadas a se adequarem às novas configurações produtivas, fato que gera mudanças em seus hábitos, seus costumes, sua relação com a natureza, suas tradições, enfim, seu modo de vida. (p. 29)

Para o autor, os impérios alimentares, além de se sustentarem pelo modelo científico-desenvolvimentista, também apropriam física e intelectualmente os recursos agrobiodiversos através do sistema de patentes. Além disso, para ele:

Deve-se ressaltar ainda, que a Revolução Biotecnológica tem como um de seus fundamentos o processo de apropriação privada dos recursos naturais, característico da racionalidade econômico-tecnológica ocidental, a qual se consolidou nas diversas fases de desenvolvimento do modelo capitalista, acentuando-se na atual conjuntura política, econômica e informacional. (p. 30)

Para ele e Leff (2009), a natureza se torna meramente matéria-prima, sendo “coisificada” em nome da exploração do capital, não somente fisicamente, mas também intelectualmente, quando agricultores são submetidos ao sistema de patentes e tem seus trabalhos anteriores, desenvolvidos durante gerações apropriados pelos que formam o que o autor chama de Impérios Alimentares. Ele segue afirmando que:

As teorizações de Leff sobre a racionalidade ambiental e a adoção de um modelo alternativo de desenvolvimento ecotecnológico poderia fortalecer outros modelos e arranjos produtivos capazes de garantir que agriculturas tradicionais possam continuar a ser praticadas, e modelos agroecológicos e agroflorestais tenham suas práticas difundidas, o que permitiria, a um só tempo, uma remuneração mais justa e equânime sobre a utilização dos recursos genéticos da agrobiodiversidade e sua conservação, além da efetividade dos direitos dos agricultores relacionados às sementes crioulas, aos conhecimentos tradicionais, à soberania e segurança alimentar. (p. 34-35)

Seria não somente uma mudança de paradigma global, mas uma expansão que permita a verdadeira liberdade de escolha. Mais a frente, o autor se aprofunda na temática, na subdivisão 1.1.2 O Risco e o Direito segundo a visão de Raffaele de Giorgi:

[...] os interessados na adoção de novas tecnologias, no caso em análise, as biotecnologias, fundamentados em estratégias biopolíticas que asseguram o controle e a normatização do risco, estabelecem os padrões de consumo para uma nova alimentação mundial, relacionando os novos produtos alimentares a um ideal de saúde e bem-estar. Tal relação traveste-se como escolha individual (a liberdade do consumidor), mas em realidade, é imposta a grande parte da população mundial por meio das estratégias de produção, distribuição e consumo dos produtos alimentares. Sob esse prisma, os Impérios Alimentares utilizam-se do risco, segundo eles controlado e regulamentado, para vender um ideal de segurança alimentar e saúde, consubstanciados nas novas promessas alimentares oriundas das biotecnologias. Entretanto, deve-se salientar que é um direito inerente à sociedade e ao consumidor conhecer as dimensões ambientais, sociais e culturais de mudanças irreversíveis em seu comportamento alimentar. Para tanto, as características e a natureza do risco deste novo empreendimento

deve ser amplamente debatida pela sociedade consumidora de tais produtos. (p. 55)

Segundo o autor, com esse conhecimento real, que não seja somente divulgado de forma unilateral, todos nós, consumidores de alimentos, teremos as informações necessárias para verdadeiramente optar por não somente o que iremos consumir, mas como e por que a produção desses alimentos se dá da maneira que está posta. Dessa forma, novos paradigmas (ou racionalidades) podem surgir e coexistirem sem que uma se sobressaia à outra, ou seja, escolhida como a “vigente” de acordo com interesses particulares e não democráticos. Assim, segundo o autor, mesmo que a sociedade, como um todo decida pelo consumo de alimentos derivados de esforços biotecnológicos, as causas e consequências ficarão claras e a escolha será possível, como, em uma menor escala e de maneira bem simplista e desconsiderando outras problemáticas, a escolha que podemos fazer entre consumir produtos orgânicos ou transgênicos, por conta do aviso nas embalagens comercializadas.

O autor prossegue na subdivisão 2.1.1 As empresas transnacionais, falando sobre “o caráter transfronteiriço e móvel da atividade produtiva, característico da globalização geopolítica e da economia de mercado.” (p. 73) Para o autor, o contexto atual das transnacionais veio em consequência das expansões ultramarinas e elas fazem o papel que as antigas companhias de comércio realizavam. Para ele e para Petras (1999), a principal diferença atual é que as transnacionais também se apropriaram e monopolizaram o conhecimento técnico-científico “enquanto instrumento de barganha, poder e opressão” (p. 75). Para ele:

[...] as transnacionais sementeiras instituem tecnologias que privilegiam seus próprios interesses sem preocupar-se com posicionamentos governamentais, ditando as políticas públicas de algumas nações, e até mesmo interferindo na formulação da legislação, que deve ser condizente com os interesses mercadológicos, reflete a situação de descentralização do poder político. (p. 75-76)

Citando Santos (2000), ele comenta que o autor “salienta que a preponderância das transnacionais é fruto de um sistema de perversidade sistêmica, baseado na competitividade como regra absoluta da vida social.” (p. 76) Ele termina a subdivisão afirmando que:

Portanto, no contexto da globalização geopolítica, da economia de mercado e da era da informação, neste ramo específico da atividade econômica, o agronegócio, atualmente alavancado pela revolução biotecnológica, os atores preponderantes são as empresas transnacionais que, por meio de diversos mecanismos de atuação, redefinem, determinam, dirigem, direcionam, influenciam, provocando “escolhas”, “desejos” e comportamentos, tanto nos Estados-nação, quanto nos agricultores e consumidores. (p. 78)

Na subdivisão 2.1.2 A caracterização dos Impérios Alimentares segundo Van der Ploeg, o autor inclui na reflexão diferentes categorias criadas pelo autor:

A partir da explicação sobre as 03 trajetórias distintas de desenvolvimento da agricultura mundial, quais sejam: industrialização, recampesinização e desativação (PLOEG, 2008, p. 22 e 23), o autor afirma que apesar de ocorrerem simultaneamente, concomitantemente, são mutuamente contrastantes. Tais trajetórias de desenvolvimento mantêm relações de interação com 03 grandes grupos (PLOEG, 2008, p. 25), que representam uma segmentação da agricultura, quais sejam: agricultura camponesa, agricultura empresarial e agricultura capitalista. (p. 79)

Ele segue expondo que os grupos são díspares e possuem relações desiguais uns com os outros, com o primeiro tendo seus direitos não reconhecidos e o segundo e terceiro colaborando para que esses direitos não sejam reconhecidos e ajudando na montagem da estrutura que permite que as transnacionais se apropriem dos recursos genéticos e dos conhecimentos ancestrais do primeiro grupo. Dessa forma, os modelos de produção alimentar desses grupos também são distintos e “apresentam consideráveis diferenças no que se refere aos efeitos sobre a natureza, englobando a sustentabilidade dos processos, e a qualidade dos produtos obtidos.” (p. 79) além de se relacionarem entre si, eles também se relacionam com a sociedade por meio dos alimentos fornecidos:

Tal relação é baseada predominantemente em 02 grandes modelos: circuitos curtos e descentralizados (característicos da produção e consumo locais/regionais) e circuitos longos e centralizados (característicos da produção e consumo global/mundial). Deve-se notar que os primeiros – circuitos curtos e descentralizados – fundamentalmente praticados pela agricultura camponesa, são diretamente responsáveis por grande parte da alimentação humana mundial. As relações existentes entre os próprios grupos e seus modelos característicos de desenvolvimento agrícola implicaram em uma série de desarticulações crônicas entre os próprios grupos e entre aqueles e a natureza e/ou a sociedade, fato que reflete algumas características da atual crise agroambiental (PLOEG, 2008, p. 27), revelada pela destruição sistemática dos ecossistemas e/ou a contaminação crescente do entorno em que as atividades agrícolas são realizadas. Tal crise tem um caráter global, visto que é internacionalizada e multifacetada. (p. 80)

Ainda citando Ploeg ao final da subdivisão (2008):

[...] a ascensão do Império contribui para o avanço da crise agroambiental, visto que aquele exerce o papel de orientador da produção, do processamento, da distribuição e do consumo. É por meio dessas ações que as empresas transnacionais ocupam posição preponderante no cenário em apreço. Com o advento da Revolução Biotecnológica o conjunto de estratégias se tornou completo, pois o Direito Patentário possibilita a apropriação dos recursos genéticos relacionados à agrobiodiversidade, fato que reflete as formas de atuação dos Impérios Alimentares. (p. 80)

Na subdivisão 2.2 Em busca de uma concepção dos “agricultores”, o autor destaca que existe uma relação de poder entre os três grandes grupos da agricultura, com a agricultura camponesa na base da pirâmide e a agricultura empresarial acima da anterior, mas ainda assim subordinada à agricultura capitalista, possuindo uma relação de dependência com a mesma, “em razão da concatenação existente entre o financiamento da produção, os insumos e tecnologias de produção, além da comercialização, beneficiamento e distribuição dos produtos agrícolas” (p. 87-88).

O autor segue desenvolvendo a diferenciação do campesinato e da agricultura empresarial, que segundo ele, são constantemente misturadas e consideradas como a mesma coisa, criando uma lacuna na literatura. Para ele e para Ploeg, essa mistura ocorre por conta de:

[...] 04 pontos: a) a divisão do mundo em 02 partes (centro desenvolvido e periferia subdesenvolvida), que resulta na aplicação de conceitos e teorias distintas a cada uma delas; b) o modo camponês de fazer agricultura é negligenciado na grande maioria das proposições; c) as propostas tendem a não reconhecer a condição de agente dos camponeses; d) a grande onda de mecanização que se espalhou pelo Terceiro Mundo frequentemente não é levada em consideração. (p. 89)

Essas lacunas, segundo ele, acabam por influenciar indireta e diretamente em políticas públicas, além de “passar por cima” da vivência do campesinato, desconsiderando suas particularidades, a forma como fazem sua agricultura e também a sua presença no cenário agrícola a nível mundial. No Brasil, essas lacunas resultaram em “políticas públicas de caráter homogeneizante, inculpidas por uma racionalidade tecnológico-econômica sempre voltada à agricultura mecanizada e dependente de insumos agrícolas capitaneados pelas empresas

transnacionais” (p. 89). Segundo Ploeg (2008), essas lacunas podem ser superadas levando-se em consideração:

a) inclusão do centro e da periferia; b) aplicação aos grupos existentes atualmente, mas sempre considerando os cenários históricos em que estão inseridos; c) superação da diferença entre a abordagem econômica e a abordagem agrônômica; d) superação das dicotomias, mas levando-se em conta as diferentes nuances, graus, heterogeneidades e especificidades da agricultura camponesa; e) consideração da necessária reestruturação material da agricultura; f) inclusão e viabilidade de análises comparativas; g) refletir a natureza multidimensional, os níveis e atores múltiplos da realidade camponesa; h) baseadas em definições positivas e substantivas. (p. 90)

Na segunda parte de sua tese, o autor, na subdivisão 2.4 Aculturação e desenraizamento dos sistemas ecossociais, o autor diz que:

Além dos riscos ambientais [...] oriundos dos modelos produtivos e práticas agrícolas atreladas à racionalidade econômico-tecnológica, percebe-se a existência de riscos de cunho social que, em razão de estarem vinculados aos ambientais, podem ser caracterizados como riscos de ordem socioambiental. Uma categoria de análise que permite a verificação de ambos em um só contexto é a dos sistemas ecossociais, que denotam um processo de compreensão e representação que transita entre o “natural” e o “social.” [...] De acordo com Bunge (1989) um sistema ecossocial (ou socioambiental) pode ser entendido com um ecossistema alterado pela presença de um sistema sociocultural, diferindo de um ecossistema natural pelo fato de além de obedecer a leis naturais sujeitar-se também a leis ditadas pela expressão de necessidade e aspirações humanas. [...] tais sistemas podem ser representados pelas comunidades tradicionais de agricultores, fundamentalmente aqueles que se utilizam de sementes crioulas e adotam modelos agrícolas próprios, como os agrossilviculturais, agroflorestais ou agroecológicos, entre outros, cuja adaptação às particularidades do ambiente é sempre necessária. (p. 185)

Para o autor, diferentemente das técnicas da agricultura baseada em monocultura, os agricultores tradicionais se baseiam em uma série de marcadores ambientais e sociais para adequarem suas práticas e, inclusive, os alimentos que serão cultivados, tentando diminuir ao máximo o impacto ao ambiente. Porém, o advento das variedades laboratoriais interrompe o processo natural de melhoramento, aplicado pelos agricultores desde o início da agricultura praticada por seres humanos. Além disso, as políticas públicas que trabalham em acordo com o agronegócio, retiram praticamente todas as opções que os agricultores possuem, de forma a obrigá-los a utilizar variantes transgênicas. Nesse tópico, o autor diz:

[...] os agricultores são influenciados a se utilizarem de variedades pouco adaptadas às características edafoclimáticas e fitogeográficas das regiões que habitam, fato que, em razão de quaisquer adversidades, fundamentalmente as climáticas e biológicas, ocasionam maiores perdas nas lavouras do que se houvesse se utilizados das sementes crioulas, já

adaptadas a eventuais contratemplos climáticos ou biológicas nas regiões em que são costumeiramente cultivadas. Além disso, a substituição das sementes crioulas por variedades laboratoriais exige que os agricultores adotem novas práticas de manejo e cultivo agrícolas, diferenciadas das quais até então estavam habituados, o que certamente gera reflexos e mudanças em suas formas de organização, desenvolvimento e convivência familiar e comunitária, alterando, por vezes, seus ritmos, ciclos e concepções de mundo e de vida. (p. 187)

Para ele, essas práticas constantes favorecem o processo de aculturação e o ostracismo do conhecimento local. Porém para ele:

Deve-se ressaltar, entretanto, que a preocupação com os modos de vida e produção dos agricultores tradicionais, seus saberes-fazeres e recursos genéticos não denota uma pretensão de manutenção desses elementos a partir do isolamento ou do distanciamento desses atores do restante da sociedade, o que seria impensável em tempos de era da informação e globalização geopolítica. O que se pretende é que a introdução de novos meios materiais e técnicos seja precedida da anuência dos agricultores que, em razão de seus interesses, necessidades e expectativas poderão assimilar as tecnologias que lhes sejam mais proveitosas e adequadas às suas racionalidades, modos de vida, visão de mundo e práticas produtivas, o que certamente lhes garantiria maior autonomia política, econômica e técnica. (p. 189)

Mais a frente, o autor, na subdivisão 2.5 Desterritorialização, comenta sobre o processo que retira essas pessoas de seus locais de origem, dificultando o processo de estabelecimento de uma agricultura comunitária, além de fazer com que eles percam suas relações sociais estabelecidas, tudo em nome da expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio e do não avanço da reforma agrária, que cessaria com os movimentos de migração forçada.

No capítulo 4, subdivisão 4.1 Sementes Crioulas e direitos dos agricultores, o autor destaca que:

A cada uma das etapas de relacionamento entre a humanidade e as sementes, corresponderam diferentes formas de propriedade dos recursos genéticos. Antes da entrada dos Impérios Alimentares no contexto, os recursos genéticos eram considerados patrimônio da humanidade e assim foi subscrito nos tratados internacionais. Nesse período, firmaram-se os conceitos acerca dos direitos dos agricultores sobre os recursos genéticos. Posteriormente, as empresas dedicadas às sementes e aos insumos se organizaram para que fossem reconhecidos os direitos dos obtentores, sendo criada a União Internacional de Proteção aos Direitos de Obtentor sobre Variedades Vegetais (UPOV). (p. 230)

Dessa forma, fica explícito que o agricultor não possui realmente a total liberdade de cultivo tanto para consumo próprio quanto para venda de seus produtos, já que seu acesso acaba se restringindo às cultivares e sementes

patenteadas. Com a quantidade de tratados impostos e aprovados pelas transnacionais, como o esquema de patentes da *Organização Mundial da Propriedade Intelectual*, as empresas ficam livres para explorarem o material genético mundial, mas impondo o acesso a somente seus produtos patenteados. Dessa forma, se um agricultor quiser plantar ou inclusive um grupo de pesquisa universitário quiser estudar uma determinada semente que já esteja patenteada, serão impedidos de produzir e pesquisar, respectivamente, graças ao advento do *Acordo sobre Aspectos Comerciais da Propriedade Intelectual* (p. 231). De maneira geral, então, temos que:

[...] há uma indústria transnacional extremamente organizada, com vínculos e ramificações em diversos setores da economia, que opera por meio de pacotes tecnológicos, obrigando agricultores e até mesmo nações inteiras, a utilizarem-se do desenvolvimento tecnológico por eles patenteado, o que suscita uma situação de extrema dependência, visto que a escolha sobre o que será plantado, as formas de cultivo, e até mesmo a comercialização dos produtos provenientes das safras agrícolas, não caberá aos próprios agricultores ou aos consumidores. (p. 237)

Na subdivisão 4.2 Soberania Alimentar, Segurança Alimentar e nutricional, o autor faz um breve histórico das políticas de segurança alimentar e nutricionais no país, além de relacionar o tema de sua tese com as problemáticas da segurança alimentar. Ele também diferencia os termos, com a soberania alimentar sendo “[...] entendida como o direito dos povos estabelecerem suas próprias políticas e estratégias de produção distribuição e consumo de alimentos.” (p. 239). Para o autor, um país não pode se considerar verdadeiramente soberano se sua produção e consumo alimentar estão submetidos ao agronegócio e o mercado financeiro. Ao passo que o mundo continua funcionando dessa forma, a agrobiodiversidade estará cada vez mais comprometida.

No capítulo 2 da terceira parte e sua tese, na subdivisão 2.1 Considerações Iniciais, o autor faz um compilado e análise de:

[...] Cartas Políticas de diversos tipos de encontros, seminários, feiras e congressos (salienta-se que a palavra encontro será utilizada como referência para qualquer uma das formas precedentes de reunião) sobre temas (agroecologia, agricultura camponesa, agrobiodiversidade, sementes crioulas) que permeiam as discussões inerentes à presente tese objetivou destacar “as vozes” das coletividades que compõem uma parcela dos sujeitos (agricultores, movimentos sociais, pesquisadores e sociedade civil organizada) diretamente envolvidos nas questões atinentes ao modelo agroalimentar brasileiro e às políticas públicas que o sustentam. (p. 275)

Entre essas cartas estão às produzidas nos: II Encontro Nacional de Agroecologia - ENA (Pernambuco, 2006), II Encontro Nacional de Formação Camponesa e da IV Festa Nacional das Sementes Crioulas (Santa Catarina, 2007), IV Feira de Sementes Crioulas (Rio Grande do Sul, 2009), II Encontro de Sementes do Semiárido Brasileiro (Alagoas, 2011), VII Encontro e Feira dos povos do Cerrado (Distrito Federal, 2012), entre outros.

Já na Conclusão do trabalho, o autor finaliza reiterando o desenvolvido ao decorrer de sua tese:

A racionalidade econômico-tecnológica imperante estabelece os rumos do desenvolvimento científico, das inovações e das tecnologias que são adotadas pela sociedade pós-moderna, inserida no contexto da globalização geopolítica, da economia de mercado e da era da informação. Tal racionalidade, do tipo hegemônica e impositiva, alija outras racionalidades (ambientais), outras formas de pensar, de saber, de fazer, de produzir e de consumir, convertendo o desenvolvimento científico-tecnológico em ramo da atividade econômica que atende e prioriza os interesses de poucos atores, fundamentalmente daqueles que conseguem converter seus conhecimentos em direitos intelectuais e patrimoniais. (p. 304)

A terceira e última tese analisada, Silva (2013) de número 6 no presente trabalho, possui como objetivo:

Verificar/constatar se o desenvolvimento da proposta do NUDESE de Agricultura Urbana e Periurbana contribui para a garantia da Soberania Alimentar das famílias envolvidas, partindo do entendimento de que ela seja mais do que acesso aos alimentos, mas envolva as dimensões ambiental, social, política, econômica, ética, etc. no tocante à produção, consumo e distribuição dos alimentos. Objetivos Específicos: Compreender as mudanças/permanências na forma de organização da produção agrícola realizadas pelas famílias atendidas pelo NUDESE, no que se refere à efetivação da agricultura de base agroecológica e a Soberania Alimentar, que a tangencia; Apontar os aspectos limitantes e as potencialidades do Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido pelo NUDESE, partindo da avaliação que os agricultores realizam da mesma e do conjunto de ações realizadas pelo Núcleo; Analisar as possibilidades e os desafios das ações da Educação Ambiental em sua vertente transformadora para a modificação das condições materiais e subjetivas defendidas, tomando por base a forma como isso vem sendo percebido/praticado pelos agricultores envolvidos. (p. 21)

No capítulo 1 de sua tese, intitulado Educação Ambiental Transformadora e a Agroecologia: fundamentos e aproximações possíveis, ela comenta que:

A Educação Ambiental enquanto campo heterogêneo tem alcançando cada vez mais espaço – seja no que diz respeito aos saberes/fazerem que são produzidos em seu escopo ou no que tange às ações realizadas por diferentes seguimentos sociais em seu nome. Isso exige clareza acerca de seus fundamentos e pressupostos, posto que seja terreno de disputa de diferentes grupos/interesses. (p. 27)

Não com objetivo de exaurir e encerrar a disputa da pauta, mas sim com o objetivo de aproximá-la da Agroecologia. A autora remonta às ações do campo da EA ao século XX e sua explícita citação na década de 60, no contexto do pós-guerra. Para ela:

Não há como desvincular a discussão acerca da evolução da Educação Ambiental do contexto de emergência da chamada “questão ambiental”, posto que se configure como uma agenda de debates dos modelos e projetos que defendiam/defendem o desenvolvimento e a possibilidade de superação das consequências dos problemas/conflitos ambientais da crise do Capitalismo nos anos 1960/1970. Isso é evidenciado pelas conferências e eventos que debatem tal temática, em uma perspectiva voltada à conservação e regeneração da natureza que é visível. (p. 28)

No contexto brasileiro, a autora não remonta seu desenvolvimento, mas citando Carvalho (2004), ela discursa sobre as “teorias e práticas heterogêneas”. Para seu trabalho específico, ela se vale de duas vertentes antagônicas: a EA conservadora e a EA Crítica e/ou Transformadora, se baseando na obra de Layrargues (2004). Ela comenta que a Agroecologia se fundamenta na práxis (saberes/fazerem) da EA Transformadora. Além disso, a Agroecologia também pode ser encarada como a “construção de um novo paradigma, no que diz respeito à forma como se estrutura a produção agrícola e a vida em sua totalidade.” (p. 30)

Então:

[...] a Educação Ambiental Transformadora, porque defenda a mudança e possibilite a criação de estratégias para tal é uma ferramenta/espço importante para a consolidação disso. Ela precisa estar presente quando se aborda o tema, o que se configura em um movimento dialético, em que a unidade entre o campo da Agroecologia e o da Educação deve ser uma constante.

Na próxima subdivisão 1.1 A Educação Ambiental Conservadora e a Educação Ambiental Transformadora: antagonismos no que se refere à defesa de permanências/mudanças, a autora trabalha com as definições, que vão ajudá-la na tarefa de explicitar as temáticas que ela toma como base sendo pertencentes à EA Transformadora. Para ela:

A educação das crianças, a busca de aperfeiçoamento e a desconsideração das contradições e desigualdades sociais, culturais e ambientais apresentam limites graves para a contribuição que tal corrente/matriz possa ensejar, afinal potencializa e justifica tendências à acomodação e legitimação do Capitalismo, sem realizar a crítica devida aos seus limites e necessidade de superação. Uma possível relação desta Educação Ambiental Conservadora com o espaço rural poderia ser traduzida em mudanças de algumas práticas isoladas: na concessão de certificação ecológica a produtores rurais sem um maior compromisso com a complexidade de um processo de transformação agroecológica; no que tange a ausência da crítica ao Capitalismo e seu modelo de desenvolvimento e a carência de problematizações acerca da destruição dos recursos naturais ocasionado pelo agronegócio. (p. 34)

Citando Loureiro (2006), ela relaciona que essas atitudes estão ligadas a duas características da EA Conservadora:

[...] -foco na redução do consumo dos bens naturais, deslocando a discussão do modo de produção que a define e situa;  
-diluição da dimensão social na natural, faltando entendimento dialético da relação sociedade-natureza (sociedade como realização coletiva e objetivada da natureza humana, ou melhor, como realização e exigência para a sobrevivência da espécie humana). (p. 34)

Além disso, o pacote da Revolução Verde, inserida no chamado “Capitalismo Verde” pode ser também atrelado a essa vertente. Na perspectiva agrícola, ela diz que o discurso mais recorrente seria o da “maior produção agrícola para acabar com a fome” (p. 35). Como consequência, o aumento do uso de insumos químicos e agrotóxicos cresceu de maneira vertiginosa e a manutenção do capitalismo se deu no lugar da crítica ou o questionamento de seu papel.

Na subdivisão seguinte 1.1.2 A Educação Ambiental Transformadora: contraposição à Educação Ambiental Conservadora a autora trabalha de forma semelhante ao exposto na subdivisão anterior, trabalhando com as características e como elas podem ser encaixadas nessa vertente. Para ela e os autores citados:

A Educação Ambiental transformadora não é uma derivação ou o resultado do avanço da educação conservadora – afinal, se constitui por caminhos diferentes e ambas coexistem nas experiências e controvérsias/contrapontos que se delineiam nesse campo. A vertente transformadora faz à crítica as concepções de educação como ato comportamental, que enfatiza a dimensão individual e leva a uma biologização do que é social, mostrando ser urgente a “superação das injustiças ambientais, da desigualdade social, da apropriação capitalista e funcionalista da natureza e da própria humanidade” (SORRENTINO, TRAJBER, MENDONÇA et al., 2007, p. 287) (p. 35-36)

Ela cita as contribuições da Teoria Crítica de Marx e Engels, Paulo Freire, Milton Santos e diversos outros autores, também citados no presente trabalho de conclusão de curso.

Na subdivisão 1.1.2.1 A intervenção na/sobre a realidade: a proposta da Educação Ambiental Transformadora a autora explicita que:

É evidente o compromisso que a Educação Ambiental Transformadora assume com a mudança, em sua totalidade, o que implica os aspectos individual, coletivo, social, econômico, político e no que concerne ao local e global (MACHADO, 2011). Isso aparece como premissa nas produções alinhadas com essa perspectiva, ainda que possa haver nuances diferentes no que diz respeito aos limites e possibilidades das transformações defendidas. (p. 38)

Em seu trabalho, a autora procura trabalhar com a tríade proposta por Loureiro (2012), que parte de uma proposta de trabalho crítica, emancipatória e transformadora. Ela termina a subdivisão afirmando que:

A participação, enquanto uma construção permanente e coletiva, precisa ser entendida como um dos eixos que estruturam a Educação Ambiental Transformadora, tendo em vista que são cada vez maiores seus desafios. Isso torna imperativo a consolidação de uma práxis que reconheça a Educação Ambiental como um ato político, voltado para a consolidação da cidadania, não apenas de um grupo social específico, mas de todo, com todos e para todos. (p. 41)

Na subdivisão 1.1.2.2 A Educação Ambiental como ato político, a autora delimita a definição de um ato político e como ele se encaixa no contexto na EA. Ela explica que Paulo Freire, ao trabalhar esse conceito na área da Educação, permitiu que a EA transformadora pudesse se apoiar em sua sistematização para agregar os estudos do autor em suas bases, especialmente no Brasil. Muitos autores, segundo ela, ratificam essa posição em seus trabalhos, como Guimarães (2004), Layrargues (2002) e Loureiro (2004). Do ponto de vista emancipatório, a autora diz que:

A emancipação – defendida pela Educação Ambiental em sua vertente transformadora – não pode ser um instrumento de regulação ou de doutrinação e sim mecanismo capaz de dar conta de reinventar a subjetividade e ação, fazendo com que a necessidade da mudança seja sentida/desejada por todos, estando para além da intenção. (p. 43)

Na subdivisão 1.1.2.3 A Educação e a Justiça Ambiental: aproximações, a autora trabalha com a perspectiva da superação das injustiças ambientais, que são perpetuadas pelo uso da EA Conservacionista como pauta para políticas públicas:

O deslindamento da condição de (in)sustentabilidade socioambiental contemporânea é uma tarefa que a Educação Ambiental Transformadora precisa assumir cada vez mais, bem como a necessidade de consolidar a Justiça Ambiental, o que envolve a ressignificação da questão ambiental (ACSELRAD, 2005). É no ambiente que se reproduzem as desigualdades sociais. Isso pode ser percebido nas condições sanitárias de regiões mais pobres economicamente, na concentração das indústrias poluentes em regiões periféricas, na tentativa constante de manter populações marginalizadas social e economicamente sem reação. É uma marca nas ações de Educação Ambiental Conservacionista junto a comunidades que sofrem com os resultados maléficos da degradação ambiental e nas políticas de introdução de insumos agroquímicos e maquinaria pesada na agricultura familiar, o que muitas vezes é mote de políticas públicas e de financiamento. (p. 44)

Para ela, o quadro de injustiça ambiental se baseia, também, na divisão desigual dos custos dos impactos ambientais (aquela noção de que a pessoa que não fecha a torneira na hora de escovar os dentes está de alguma forma, causando um maior impacto que o agronegócio, por exemplo). A luta pela justiça ambiental também perpassa à ameaça aos modos de vida tradicionais, as desigualdades sociais e o conseqüente impacto ambiental, assim como o acesso aos recursos ambientais e ao território.

Em sua subdivisão 1.2 A Educação Ambiental Transformadora e a Agroecologia: aproximações possíveis e necessárias, a autora introduz a ideia de que a Agroecologia é uma alternativa ao pacote da Revolução Verde, que ainda está muito presente na agricultura de massa e no agronegócio brasileiro:

Pensar a articulação entre Educação Ambiental e Agroecologia implica um movimento contrário à lógica de produção e comercialização presente no espaço agrário no Brasil atual, o qual está voltado para a separação intensiva e intensa dos homens com relação à natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006). Essa afirmativa – que pode parecer superada – é fundamental para que fique claro qual o papel da Agroecologia e os limites que lhe são impostos, quando se aborda a questão da sustentabilidade e suas restrições e possibilidades. (p. 46)

Para ela, a Revolução Verde não foi um passo natural da humanidade, mas uma agenda do capitalismo, o que torna a sua superação como paradigma ainda mais difícil, pois ainda serve a muitos interesses, já que o sistema capitalista também não está em vias de ser superado em lugar algum. Para ela:

A Educação Ambiental tem papel central aqui, afinal, a discussão, a experiência prática, a formação e a criação de condições para a participação e protagonismo dos agricultores, nesse movimento, é componente fundamental para o processo de constituição de uma forma de

produzir e viver que supere o Capitalismo, garantindo, assim, a Sustentabilidade com Justiça Ambiental, participação e democracia radical, impreterivelmente. (p. 47)

Além disso, o paradigma da ciência atual também contribui para que possibilidades fora da lógica atual sejam exploradas, com essas possibilidades, como a Agroecologia no campo da agricultura, sendo inclusive oculta. Para ela, se não se reconhece que a lógica capitalista precisa ser superada, também não se reconhece que suas ferramentas precisam de igual superação. Assim, a EA em sua vertente transformadora seria de fundamental importância para desvelar essas mazelas da máquina capitalista e pautar formas de superá-la, considerando o ato político presente nessa vertente da EA. No contexto da agricultura, não obstante a produção massiva sem qualquer tipo de preocupação desprendida para a condição dos ecossistemas, o agronegócio também contribuiu para a “degradação dos recursos naturais e humanos, tendo em vista que há a desarticulação de culturas e modos de vida locais, para além dos problemas ambientais oriundos dessa forma de produzir” (p. 49) segundo Petersen, Weid e Fernandes (2009). Dessa forma, para a autora, não somente a superação dos paradigmas científicos e de produção são necessários, mas também a superação do paradigma social em todas as suas formas, desde relações interpessoais, comunitárias e a produção do conhecimento. Segundo ela:

Em um novo horizonte epistemológico e prático, em que a dimensão ambiental seja vista como sistema complexo, tem lugar de destaque à relação entre a base social e natural. Isso implica o reconhecimento das transformações oriundas da interação entre homens e natureza (da qual fazem parte), bem como a forma como os mais diversos grupos sociais fazem uso dos recursos do ecossistema, que antes de tudo é um espaço de relações conflitantes e permeadas por tensões sociais evidentes. (p. 50)

Na subdivisão 1.2.1 A Agroecologia e sua dimensão educativa: uma discussão para além das práticas agrícolas, a autora deixa claro que:

[...] o que se entende por Agroecologia nesse cenário e suas imbricações com a mudança na organização das práticas agrícolas em todas as categorias que isso abarca. A consolidação de uma agricultura de base agroecológica ou sustentável é tarefa complexa, envolvendo uma série de questões, as quais estão intimamente relacionadas, isso aponta para a necessidade de tomar em consideração aspectos micro e macrosociais envolvidas, bem como os limites e possibilidades percebidos. (p. 50-51)

Para ela, além disso, a Agroecologia e a agricultura sustentável:

[...] não pode ser entendida, apenas, como aquela que não faz uso de adubos, fertilizantes, herbicidas ou fungicidas, é preciso ir além de uma visão estritamente agrônômica e biológica. É vital entender as multidimensões que devem estar imbricadas na construção de outra forma de produção agrícola urbana e rural, o que envolve a superação do Capitalismo e não sua reforma ou adequação aos interesses preservacionistas. (p. 52-53)

A Agroecologia, para ela, não pode ser entendida simplesmente como um pacote pronto, como foi a Revolução Verde, mas uma rede de saberes/fazeres nutrida de “todos os campos do conhecimento” (p. 52), que não procure somente modificar o campo da agricultura, mas que envolva transformações nas dimensões ecológica, social, cultural, econômica, ética e política. Para ela, as contradições sociais não devem ser negadas e nem ocultas, mas sim problematizadas, considerando-se que os interesses são diversos e não consensuais.

No capítulo 2, intitulado A Soberania Alimentar e a agricultura urbana e peri-urbana: velhas e novas discussões acerca de um antigo problema a autora inicia discutindo sobre as perspectivas que pautam/pautaram a adoção de políticas públicas específicas.

Na subdivisão 2.1 Soberania Alimentar: uma luta além da garantia de Segurança Alimentar, a autora faz um breve apanhado histórico dos termos e as políticas públicas baseadas neles. Mais a frente, ela diferencia os conceitos:

O uso recorrente da defesa da Segurança Alimentar e Nutricional, não apenas no Brasil, mas em nível mundial – afinal esse termo é dominante nos fóruns internacionais e ações organizadas pela ONU (FAO) – deve ser vista com atenção, posto que, a polissemia que o termo apresenta permite diversas e destoantes interpretações. Elas podem estar presentes na defesa de diferentes modelos de produção agrícola, como ilustrado acima. As primeiras críticas ao conceito de Segurança Alimentar foram tecidas ainda na década de 1980 pela Via Campesina. O Movimento fazia críticas ao conceito de Segurança Alimentar e os limites que ele abarcava, no que se refere à Segurança Alimentar preocupar-se apenas em garantir os alimentos sem problematizar os demais fatores que estão envolvidos, como a qualidade dos mesmos, que podem ser transgênicos ou ecológicos, e tão pouco a chamada padronização alimentar, que vem sendo imposta pelo agronegócio. (p. 67-68)

Para autora, a Soberania Alimentar deve ser pensada em conjunto com outros elementos em contextos como o dos movimentos sociais ou acadêmicos, que são necessários para a sua consolidação. Esses conjuntos de elementos são ilustrados pela autora na Figura 1, abaixo:

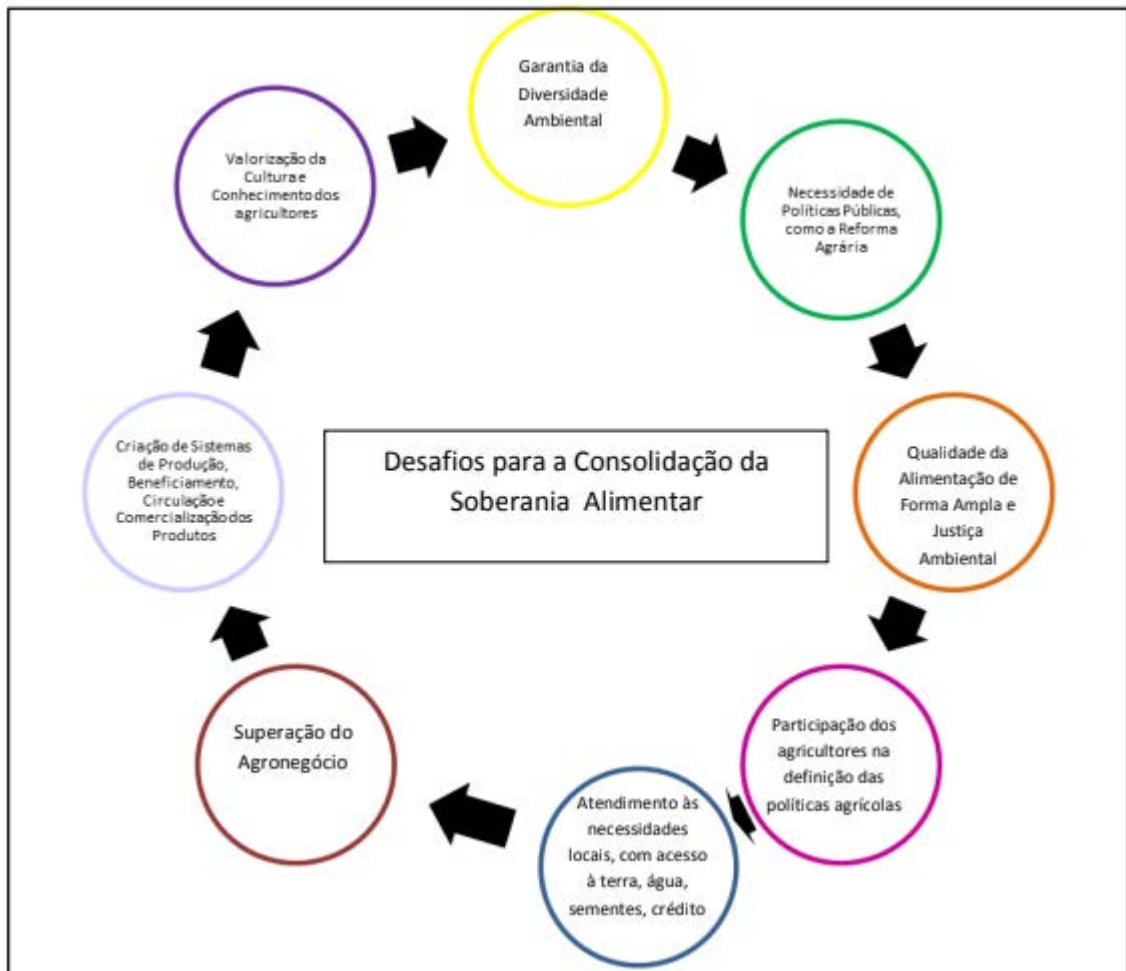


Figura 1 - Construído pela Pesquisadora tomando por base o que defende o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) em 2012. (p. 71)

Para ela, além disso, esses desafios só vão ser superados quando todos e todas deixarem de considerar a alimentação e o próprio mundo não são mercadorias, assim como a construção do relacionamento exploratório entre homem e natureza não ser um processo natural.

Nas suas considerações finais, a autora diz que:

Não há sentido na escrita de um trabalho no campo da Educação Ambiental Transformadora, se não há a crença na possibilidade de mudança, na possibilidade de construção de “outra forma de plantar, que respeita as pessoas, os consumidores, nós mesmos, que também fazemos parte” (C.S.J.N., 14/05/12), e isso foi evidenciado nas falas dos entrevistados, na boniteza com que cotidianamente lutam pela sua sobrevivência, sem ter muito e não esperando ter muito, mas buscando construir, ao seu modo e com seus limites, um mundo melhor para si e para todos. Isso por si só, é um passo largo na busca por Soberania Alimentar e vai ao encontro das

premissas/objetivos da Educação Ambiental em sua vertente transformadora. (p. 195)

Ela prossegue, dizendo que:

Há que se concluir que é necessário transformações – em experiências vindouras – no que se diz respeito aos processos de formação política coletiva que são engendrados, para que possam ser permeados de práticas no campo da Educação Ambiental Transformadora (o que vai ao encontro da proposta defendida pela Extensão Universitária). Isso é necessário para que se tenha avanços, tanto no que se refere à consolidação de espaços de busca por Justiça Ambiental, quando de debate político e criação de possibilidades de mudança, o que em seu conjunto é um passo importante para a busca da Soberania Alimentar. Essa última envolve um conjunto de dimensões e desafios, os quais estão ligados à valorização da cultura e conhecimento dos agricultores, a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso dos produtores à terra, a criação e consolidação de espaços de comercialização e circulação dos produtos, o protagonismo dos agricultores, políticas públicas que criem condições para a garantia de Soberania Alimentar e não aumento da produção simplesmente e reconhecimento das particularidades de cada região, no que se refere as suas especificidades, sejam ambientais ou culturais. (p. 196)

Ela encerra comentando que:

Muito já foi dito acerca da Educação Ambiental Transformadora e seu papel em um Projeto que busca consolidar a transição agroecológica. De qualquer modo, cabe destacar que é necessário aproximar cada vez mais aquilo que se diz/escreve e o que é efetivado na prática nesse campo. FREIRE (1992, p. 83) corrobora com isso ao afirmar que é “fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento, a tua fala seja a tua prática”. Os agricultores também interpelam aqueles que são fazedores/definidores das políticas públicas e ações de extensão para que pratiquem isso quando dizem: “falar é muito fácil, difícil é ter que trabalhar, fazendo sol ou chuva, frio ou calor, doente ou não” (L.S.J.N., 05/07/12). De certo, os agricultores não podem ser entendidos como espectadores do processo de mudança em que são protagonistas, mas só isso não garante o futuro desejado/preendido. É imprescindível o entendimento da importância da mudança, o reconhecimento do quadro de injustiça socioambiental vivido e da possibilidade de transformação dele. (p. 199)

## 5. ANÁLISE DAS TESES

Como objetivo do trabalho, os conteúdos das teses analisadas foram analisadas sob a perspectiva das macrotendências político-pedagógicas da Educação Ambiental, trabalho de Layrargues e Lima (2011). Antes de iniciar a análise em si das teses, creio que seja interessante citar as problemáticas que precederam as análises, ainda na fase de coleta de dados. As buscas feitas no Banco de Teses e Dissertações da Capes, por ambos os termos, retornaram resultados que não estavam relacionados com o campo da educação ou das ciências ambientais, mesmo com o uso dos respectivos filtros. Por exemplo, se aplicando os mesmos termos e filtros descritos nos procedimentos de pesquisa, a busca por “soberania alimentar” retornou resultados como: “A imagem docente na novela Carrossel exibida na Argentina, no México e Brasil: vocação, magistério e indústria cultural”; “Cinema e educação: produção e democratização do audiovisual com crianças e adolescentes em Curitiba” entre outras teses que não estavam no escopo do presente trabalho. Além disso, muitos trabalhos que apareceram na busca por “soberania alimentar” foram trabalhos estritamente relacionados com a segurança alimentar, que não usaram o termo “soberania alimentar” nem em suas palavras-chave. Dessa forma, sem nenhuma dúvida, essas problemáticas acabaram por influenciar as teses escolhidas para análise.

Partindo para análise em si das teses, iniciaremos com as teses de números 1, 2 e 3 de Santos (2015), Nolasco (2016) e Torquato (2015), respectivamente. A primeira tese, inicialmente, trabalha com ambos os conceitos, Segurança e Soberania. Dessa forma, ela procura aumentar o escopo de sua tese, não a relacionando somente à luz da segurança alimentar e/ou nutricional. Considerando também a área da soberania, fica claro que ela considera outros aspectos, como político-sociais, quando diz que a agricultura familiar não contribui somente com a subsistência das famílias, mas também com a segurança alimentar, a redução da pobreza no meio em que vivem e também está relacionada como uma das bases da formação da identidade social os trabalhadores do campo. Pode-se dizer que, ao diferenciar o que é preconizado por cada um dos conceitos, a autora se afasta da vertente conservadora, pois:

A vertente conservadora, que se expressa por meio das correntes conservacionista, comportamentalista, da Alfabetização Ecológica e do auto-conhecimento, com limitado potencial de se somar às forças que lutam pela transformação social, por estarem distanciadas das dinâmicas sociais e políticas e seus respectivos conflitos de interesses e de poder. (LAYRARGUES; LIMA, 2011, P. 8)

Quando a autora segue explicando os conceitos de soberania alimentar, ela cita na p. 53 que “o conceito surge como um posicionamento crítico à aproximação que o conceito de segurança alimentar utilizado possuía com o viés neoliberal.” Dessa forma, também afasta de seu trabalho as influências da vertente pragmática:

A vertente pragmática, que abrange sobretudo as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e para o Consumo Sustentável, é expressão do ambientalismo de resultados, do pragmatismo contemporâneo e do ecologismo de mercado que decorrem da hegemonia neoliberal instituída mundialmente desde a década de 80 e no contexto brasileiro desde o governo Collor de Mello nos anos 90. (LAYRARGUES; LIMA, 2011, P. 9)

Algo que chama a atenção nessa tese é que a autora não trabalha seu tema de pesquisa pelo viés da educação ambiental, mesmo tendo como objetivo analisar as práticas agrícolas em unidades de conservação. Ao finalizar a subdivisão 4.3 falando que:

Tratou-se, portanto, no presente trabalho de verificar como as práticas agrícolas de unidades familiares residentes em unidades de conservação de uso sustentável se relacionam com os preceitos da segurança alimentar, bem como da soberania alimentar, por considerar a dimensão cultural. (p. 54)

Ela somente considera a análise da soberania alimentar por estar em direto contato com a dimensão cultural, mas sem realmente aprofundar a discussão sobre essa dimensão cultural e como ela poderia estar afetando a segurança e soberania alimentar das práticas de produção agroalimentar das famílias analisadas.

Além disso, a autora se contradiz com os objetivos de seu próprio trabalho e seus achados, pois ela inicia suas considerações finais afirmando que:

Os resultados apresentados neste estudo reforçam a tese de que as práticas de produção agroalimentar na RDS e na APA não contradizem a premissa dessas unidades de conservação e contribuem para a manutenção da segurança e a soberania alimentar. Esse equilíbrio, porém, é frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como diminuição da mão de obra e baixa produtividade. Essas práticas vão ao encontro das três categorias descritas neste trabalho como premissas da Segurança Alimentar:

- Disponibilidade de alimentos = oferta em quantidade e qualidade obtida via produção para autoconsumo ou compra;
- Acesso = obtenção de alimentos quando esses não são produzidos – poder de compra, e,
- Estabilidade de produção = mão de obra e áreas disponíveis para cultivo; possibilita suprir parte da demanda de alimentos do núcleo doméstico, e desonera parte do orçamento para a compra de outros bens, que não os alimentares. (p. 119)

Mais a frente, ela diz que:

Com relação à hipótese do presente trabalho, de que a prática de produção agroalimentar na RDS e na APA não contradiz a premissa dessas unidades de conservação e contribui para a manutenção da segurança e a soberania alimentar, embora esse equilíbrio seja frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como diminuição da mão de obra e baixa produtividade, pode-se considerar que a mesma não foi rejeitada, uma vez que observou-se não haver insegurança alimentar junto aos grupos investigados. Assim como, notou-se que a quantidade dos alimentos produzidos não é suficiente para abastecer o núcleo doméstico ao longo do mês. Isto está associado ao tamanho das áreas de produção, à capacidade de mão de obra disponível do núcleo doméstico, as condições edafoclimáticas do período, e ainda a falta dos incentivos externos, como a incerteza da comercialização. (p. 121)

Utilizando-se as próprias categorias descritas no trabalho como premissas da Segurança Alimentar, notou-se que a quantidade de alimentos produzidos não é suficiente para abastecer o núcleo doméstico durante o mês, por conta das áreas de produção e capacidade de mão de obra disponível. Assim, pode-se dizer que a primeira e a terceira premissas *não* estão sendo completamente atendidas, já que somente com a produção, as famílias não conseguem se sustentar, portanto, precisam da complementação via compras. Só que se seu sustento não é garantia para a compra de alimentos externos, a segurança também está comprometida nesse caso. A soberania, de modo geral, também não está assegurada, pois se as famílias conseguem assegurar o mínimo de garantia, não estão assegurando o mínimo de quantidade, já que a produção para autoconsumo é insuficiente.

Essa contradição poderia ter sido evitada se autora se aprofundasse nos temas de soberania e segurança alimentar pela perspectiva que está presente na EA crítica. Em suas considerações, a autora também poderia sugerir a prática da Agroecologia como alternativa às práticas agroalimentares atuais, como forma de atender as demandas que não estão sendo atendidas nos núcleos familiares analisados. Como pontuado por Silva e Machado (2015):

[...] com o objetivo de aprofundar o estudo acerca do que seja a Agroecologia e os desafios que engendra na contemporaneidade, é fundamental o reconhecimento do papel que tem a Educação Ambiental para tal. Enquanto campo heterogêneo, essa última tem ganhado cada vez mais espaço, seja nas ações no corpo da sociedade, ou enquanto política pública, o que exige a definição clara de seus preceitos e fundamentos. (p. 120)

Para os autores:

A Agroecologia está relacionada à construção de um novo paradigma, no que diz respeito à forma como se estrutura a produção agrícola e a vida em sua totalidade. Isso significa que seu entendimento está para além da consolidação de uma nova forma de produção, do ponto de vista tecnológico e dos recursos utilizados; tendo em vista que envolva o modo como os agricultores se relacionam – entre seus pares e com o meio em que estão inseridos – e o projeto de mudança que defende. Essa é uma discussão e uma prática que não pode ser realizada apartada da Educação Ambiental Transformadora. (p. 121)

Assim, a autora conseguiria propor alternativas que talvez ajudassem as famílias analisadas a superarem suas problemáticas de abastecimento e a mão de obra disponível no núcleo doméstico.

Na segunda tese, de Nolasco (2016), a autora trabalha com conceitos de segurança alimentar e com um conceito chamado de Sistemas Alimentares, citando o trabalho de Ericksen (2008). Pela descrição, o conceito de Sistemas Alimentares não se difere muito do conceito de Soberania Alimentar, pois analisa a problemática da alimentação de forma ampla. Porém, de forma literal, a autora só cita a Soberania Alimentar nas considerações finais de seu trabalho, quando diz que o cultivo de alimentos para autoconsumo é uma das alternativas para se alcançar a soberania alimentar. Em seu trabalho, foi possível analisar que a autora interpretou os resultados obtidos de modo a relacionar a falta de condição dos agricultores em continuar utilizando as ferramentas de cultivo advindas da Revolução Verde com a não adoção de outro método, como o cultivo orgânico, por “medo de arriscar” e pela tradição e cultura que possuem.

Ela também não envolve a EA em sua tese sob nenhuma perspectiva, mesmo trabalhando com a segurança alimentar e nutricional. Por concluir que o modelo tradicional de agricultura para produção de hortaliças nas regiões analisadas é insustentável, podemos afastá-la das vertentes conservacionista e pragmática e aproximá-la da vertente crítica, já que a mesma acredita que:

[...] o governo brasileiro avançou positivamente ao considerar a alimentação adequada como um direito humano e criar uma agenda política que incorporou a SAN, conseguindo sair do Mapa da Fome em 2014, e promovendo outras ações positivas. Porém, este mesmo governo ainda se divide entre a adoção de um novo modelo de desenvolvimento que reduza a desigualdade e promova a SAN para todos os brasileiros e o padrão de desenvolvimento que estimula o crescimento da produção de commodities à custa dos recursos naturais que podem no futuro limitar a produção de alimentos para a própria população brasileira. Seria necessário encontrar um equilíbrio. (p. 164)

Por considerar muitas fontes “oficiais”, como órgãos, cartilhas e documentos governamentais, iniciativas mais “locais” e de grupos que tiveram o protagonismo retirados de si ficam relegadas a possibilidades futuras, de forma a serem atendidas por políticas públicas e não criarem uma forma de estimular a criação dessas políticas públicas de forma autônoma. Uma análise à luz dos pressupostos da EA crítica provavelmente ajudaria na proposição de alternativas que fugissem a lógica hierárquica “de cima para baixo”, assim como um maior foco a questão da soberania alimentar e de como suas ferramentas ajudam na construção de um novo paradigma que não seja imposto pelo agronegócio e as transnacionais.

A terceira tese, de Torquato (2015), a autora procura trabalhar as diferentes práticas e valores ambientais que estão associados com o consumo de alimentos naturais. Por considerar o histórico do consumo dos alimentos naturais com ascensão da agricultura natural como forma de contra-hegemonia a agricultura tradicional, podemos afastá-la de lógicas conservacionista, mas não dá pragmática, por associação. Em seus resultados de estudo do consumo de alimentos naturais baseado em práticas e valores ambientais, ficou evidenciado que muitos entrevistados ainda possuem comportamentos baseados nessa:

[...] vertente que responde à “pauta marrom” por ser essencialmente urbano-industrial, acaba convergindo com a noção do Consumo Sustentável, que também se relaciona com a economia de energia ou de água, o mercado de carbono, as eco-tecnologias legitimadas por algum rótulo verde, a diminuição da “pegada ecológica” e todas as expressões do conservadorismo dinâmico que operam mudanças superficiais, tecnológicas, demográficas, comportamentais. (p. 9)

Essa análise, simplesmente como ferramenta de diagnóstico funciona, mas peca ao não apresentar qualquer mudança significativa ao quadro apresentado. Em passagens de sua tese, a autora reconhece as diferentes dinâmicas das esferas de

consumo, as contradições e as limitações, mas talvez por não analisar sob os pressupostos da EA crítica, o trabalho não deixa claro que essas mudanças comportamentais a nível individual não são desejáveis, que a mudança precisa ser muito mais profunda que isso. As perguntas apresentadas em seus questionários são bem direcionadas à essa vertente, sem nenhuma citação ao agronegócio, por exemplo, somente ao controle do governo em relação à matéria-prima utilizada. Dessa forma, pela falta de criticidade e problematização aos achados da pesquisa, a autora está, por associação, mais próxima da vertente pragmática do que da vertente crítica. Em nenhum momento durante a tese o conceito de soberania alimentar foi apresentado.

As análises seguintes são das teses selecionadas na busca por “soberania alimentar” de número 4, 5 e 6, de Silva (2014), Gasparini (2014) e Silva (2013), respectivamente.

A tese de Silva (2014), já em seus objetivos iniciais, deixa claro que procura criar subsídios para que políticas públicas sejam adotadas a partir dos elementos de avaliação reunidos em seu trabalho. Já de início, podemos afastá-lo das vertentes conservacionista e pragmática e aproximá-lo da crítica. Essa aproximação fica mais clara quando o autor comenta sobre a interferência do capitalismo nos diferentes modos de vida tradicionais e as suas respectivas expressões étnicas demonstrando, assim, elementos de análise que ultrapassam a questão meramente da agricultura, considerando esferas político-econômico-sociais. O autor se aprofundou por alguns pressupostos da EA crítica. Porém, a tese não apresentou o conceito de soberania alimentar e nem o desenvolveu de modo explícito durante seu texto, somente de forma subjetiva. Mesmo em sua discussão sobre o processo de transição agroalimentar, onde seria interessante a proposta da soberania alimentar e de como essa poderia ser uma ferramenta de empoderamento local e até emancipação dessas comunidades, como uma resistência aos impactos negativos dessa transição, essa linha de pensamento não foi seguida e o autor relegou o exposto somente a uma sugestão do que precisaria ser mudado, mas não *como* isso poderia ser alcançado, além da sugestão da necessidade de políticas públicas diferenciadas e específicas para cada região.

A tese de Gasparini (2014) versou profundamente sobre o tema dos Impérios Alimentares e sua constituição e profunda ligação com o agronegócio e as transnacionais, que por sua vez, são as detentoras de patentes ligadas aos processos trazidos pela Revolução Biotecnológica. Desde o começo de sua tese, o autor se afasta de forma radical das vertentes conservacionista e pragmática, implicitamente tecendo críticas severas à ambas, pois ele também não utilizando a EA para suas análises. O autor aproximou sua análise de maneira certa as contestações trazidas pela vertente crítica, considerando todos os aspectos possíveis das dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. O autor trabalha não somente o conceito de soberania alimentar, mas também o de segurança e em como esses conceitos estão relacionados com um possível início da derrocada dos Impérios Alimentares. Sua tese poderia se tornar ainda mais rica se houvesse articulação com os conceitos da EA crítica, de modo a não somente desvelar os mecanismos de atuação dos Impérios Alimentares, mas também demonstrar atitudes contra-hegemônicas, de forma a adotar um tom menos pessimista em relação ao futuro.

A última tese analisada pode ser considerada como um exemplo muito próximo do que consideramos um perfeito tratamento dos conceitos de segurança e soberania alimentar sob os pressupostos da EA crítica. Além de tratar da aproximação da EA Crítica/Transformadora com o campo da Agroecologia, ela apresenta esse campo como a possível base para o início de um novo paradigma na produção agrícola. Além disso, ela relaciona o conceito de segurança alimentar com a adoção de políticas públicas que não contemplam as diversas dimensões apresentadas pela vertente crítica da EA, aproximando esse conceito com as vertentes conservacionista e pragmática:

Quando se pensa as ações que o Governo Federal tem desenvolvido, desde a perspectiva teórica adotada aqui, no campo da Segurança Alimentar e Nutricional não se pode perder de vista essa conjuntura. Da mesma forma, quando se analisa um Programa financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é mister que se tenha clareza dos limites das transformações que são propostas, ainda que elas tenham validade para a criação de brechas/possibilidades para o deslindamento/modificação da situação de exploração e miséria vividas. (p. 62-63)

Além disso:

Em muitos estudos há uma tendência ao uso dos termos Segurança Alimentar e Soberania Alimentar como sinônimos, contudo, é fundamental a demarcação acerca dos limites e possibilidades de um e outro e da forma como se configuram ao longo do tempo: enquanto o primeiro está ligado a FAO e as propostas governamentais, como já enunciado aqui; o segundo é bandeira de luta da Via Campesina e tem se consolidado na disputa contra a hegemonia do capital e do agronegócio na agricultura. (68-69)

Dessa forma, a autora associa diretamente a consolidação da Soberania Alimentar com o desenvolvimento de novos paradigmas na agricultura, como a Agroecologia que, por sua vez, é indissociável do campo da EA crítica, por ser sua práxis.

Assim:

O desafio não é apoucado e tomando por base as condições atuais só será possível se houver o entendimento de todos, estejam no campo ou na cidade, de que os alimentos e o próprio mundo não podem ser entendidos e tratados como mercadorias. Da mesma forma, é necessário reconhecer que a exploração da natureza (na qual o homem está inserido, como já circunstanciado) não é um processo natural, mas construído historicamente, por meio de condições desiguais. O reconhecimento/transformação disso está intimamente relacionado com o papel que tem a Educação Ambiental, em sua vertente transformadora, a desempenhar. É preciso uma proposta de intervenção sobre a realidade, posto que a consolidação da Soberania Alimentar só seja possível com a superação das condições desiguais contemporâneas. Ao se entender a educação como ato político, ela passa a ter um papel fundamental na busca pela democracia, o que só é fatível se for alargado o entendimento do que é participação e do papel protagonista que tem o campo e a cidade – dialeticamente – na busca pela Justiça Ambiental, que é uma das bandeiras de luta da Soberania Alimentar. (CASTRO, 2003) (p. 71-72)

## 6. CONCLUSÃO

Buscando identificar e analisar as macrotendências de Educação Ambiental que estão presentes em teses de doutorado que versam sobre os temas soberania e segurança alimentar, analisamos 6 teses presentes no banco de Teses e Dissertações da CAPES. Nelas, verificamos que os conceitos de Segurança e Soberania, atualmente, se distanciaram de suas origens e mostram diferentes tendências. Entende-se que, mesmo os conceitos tendo tomado destinos diferentes durante os anos, com um sendo pauta governamental e propulsores de políticas públicas e o outro sendo uma bandeira de movimentos sociais, um não pode ser estudado em dissociação do outro, já que são complementares. Os trabalhos que tratam do viés da Segurança Alimentar ficam inerentemente incompletos quando procuram estudar alternativas às políticas públicas e analisar os impactos dessas mesmas políticas sem considerar alternativas que partem dos próprios agricultores, camponeses, quilombolas e indígenas. Já os estudos de Soberania sofrem da problemática da confusão entre os conceitos e o que eles significam, pois em muitos trabalhos, como visto, são tratados como o mesmo movimento. Dessa forma, além da importância do estudo de ambos os conceitos para poder se aprofundar na problemática relevante, os estudos que eventualmente acabam tratando da Soberania muitas vezes se limitam a apresentar a problemática sem *tratar* dela, procurando alternativas e soluções, embates e propostas. Para trabalhos que tratam dos dois conceitos, uma aproximação aos pressupostos da EA Crítica enriqueceria mais os trabalhos, o que funcionaria como uma ferramenta para preencher lacunas no tratamento da problemática, além de fortalecer um campo tão importante de atuação como é o da busca por Soberania Alimentar, que além de lutar pela Justiça Ambiental, luta para retomar o protagonismo às comunidades tradicionais e mostrar alternativas para as pessoas que habitam o meio urbano e procuram escapar das armadilhas impostas pelos Impérios Alimentares e também buscam alternativas economicamente viáveis para os mercados locais e externos, sempre respeitando as dimensões ambientais, sociais, culturais, políticas.

## 7. REFERÊNCIAS

- ALBERGONI, L.; PELAEZ, V. **Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: rupturas ou continuidade de paradigmas?** Revista de Economia, v. 33, n. 1, p. 31-53, 2007.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **A investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto: Ed. Porto, 1999.
- BONOTTO, D. M. B. **O trabalho com valores em Educação Ambiental: investigando uma proposta de formação contínua de professores.** 2003. p. 26-27. Tese (Doutorado em Educação) – CECH - UFSCar, São Carlos, 2003.
- BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais.** Gestão e Sociedade, v.5, n.11, p.121-136, 2011.
- CINI, R.; ROSANELI, C.; CUNHA, T. **Soberania alimentar na interseção entre bioética e direitos humanos: uma revisão integrativa da literatura.** Rev Bio y Der, v. 42, p.51-69, 2018.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. **Problemática ambiental ou problemática socioambiental?. A natureza da relação sociedade/meio ambiente.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 87-94, 2008.
- FRACALANZA, D. C. **Crise Ambiental e Ensino de Ecologia: O Conflito na Relação Homem – Mundo Natural.** 1992. p. 41. Tese (Doutorado em Educação) – UNICAMP, Campinas, 1992.
- GASPARINI, B. **A apropriação genética da agrobiodiversidade enquanto estratégia biopolítica dos Impérios Alimentares no contexto da Revolução Biotecnológica.** 2014. 322 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – UFPR, Curitiba, 2014.
- LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. C. **As Macrotendências Político-Pedagógicas na Educação Ambiental Brasileira.** Ambiente & Sociedade, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.
- MARQUES, P. E. M. **Embates em torno da segurança alimentar e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes.** Segurança Alimentar e Nutricional, v.17, n. 2, p. 78-97, Campinas, 2010.
- MIRANDA, A. C. et al. **Neoliberalismo, uso de agrotóxicos e a crise da soberania alimentar no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v.12, n.1, p. 7-14, 2007.
- MOREIRA, R. J. **Críticas ambientalistas à Revolução Verde.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 8, n. 2, p. 39-52, 2000.
- NOLASCO, C. L. **Demanda e abastecimento de hortaliças na microrregião de São José dos Campos, Brasil: implicações para a Segurança Alimentar e**

**desenvolvimento sustentável no contexto das mudanças globais.** 2016. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências do Sistema Terrestre) – INPE, São José dos Campos, 2016.

SANTOS, K. M. P. **Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar.** 2015. 139 f. Tese (Doutorado em Ciências) – ESALQ, Piracicaba, 2015.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão Integrativa: o que é e como fazer.** Einstein 8 (1Pt1), p.102-106, 2010.

SILVA, M. F. S. **Limites e contribuições da Educação Ambiental e da agricultura de base agroecológica no extremo sul do Brasil: o projeto de agricultura urbana e periurbana em Rio Grande e São José do Norte (RS).** 2013. 210 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – FURG, Rio Grande, 2013.

SILVA, R. J. **Impactos do desenvolvimento em comunidades tradicionais: transição agroalimentar e ajustes adaptativos.** 2014. 137 f. Tese (Doutorado em Ciências) – ESALQ, Piracicaba, 2014.

SILVA, M. F. S.; MACHADO, C. R. S. **A Agroecologia e a Educação Ambiental Transformadora: uma leitura para além de mudanças nas técnicas de produção agrícola.** Pesquisa em Educação Ambiental, v. 10, n. 1, p. 119-129, 2015.

TORQUATO, S. C. **Valores, atitudes ambientais e a prática de consumo de alimentos naturais.** 2015. 174 f. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2015.

VIA CAMPESINA. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5).** Roma, 2002.

VIEIRA, F.B. **Via Campesina: um projeto contra-hegemônico?.** In: II SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2008, Londrina. *Anais...* Anais do II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, v. 1, 2008.

---

Jéssica Alves Chagas  
(Discente)

---

Dalva Maria Bianchini Bonotto  
(Orientadora)

---

Thais Cristiane Degasperi  
(Coorientadora)